Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 32

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Auditores da Receita protestam 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Passa autorregularização de impostos devidos 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL
Dez órgãos já aderiram ao 'Enem dos concursos' 6

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Calendário INSS de setembro: confira as datas de pagamento da aposentadoria 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
INSS fixa meta de R$ 20 bilhões para pente-fino 2024 (Rômulo Saraiva) 11

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST
SEGURIDADE SOCIAL
Tem 50 anos e nunca se planejou para a aposentadoria? Veja o que fazer 12

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
Existe o investimento ideal para se aposentar? (Papo com Especialista) 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Alerta contra tributação 16

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Audiência de reforma tributária discute novas regras para setor de serviços 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Conter abusos sem prejudicar investimentos - LU AIKO OTTA 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Comissão aprova emenda que amplia imunidade de igrejas e partidos políticos 21

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
CCJ aprova PEC que amplia isenção tributária a igrejas 22

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Devolução de créditos é adiada 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Hora de quitar impostos 24

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Como reduzir dívidas de cartão e conta de luz 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Artigo: Sinal verde para o planeta 29

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Lula e Biden se encontram hoje para discutir trabalho por aplicativos. Veja como funciona em outros países
. 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Dívida global bate recorde de US$ 307 tri 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
OCDE eleva previsão de alta do PIB do Brasil 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"Prévia" do PIB registra variação de 0,44% em julho 36

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Previsão oficial de crescimento do PIB para 3,2% 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Relator quer "espacinho" para reajustar servidor 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Relator da LDO: meta fiscal ainda pode ser mudada 39

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Selic vai cair a 12,75%? Mercado aposta em novo corte de 0,5 ponto hoje 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Mercado espera corte da Selic para 12,75% 42

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA
Copom deve baixar a Selic para 12,75% 44

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Atividade econômica tem alta de 0,44% em julho 45

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
IBC-Br avança 0,44% em julho 46

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Shein vai pagar ICMS de quem fizer compra de até R$ 243 47

PORTAL UOL - ACHADOS DA BOLSA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Magalu, Casas Bahia e Americanas: cuidado com o risco de endividamento 48

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL
MEIs devedores podem ser excluídos do Simples Nacional e ter CNPJ inapto; veja como regularizar
. 51

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA
Entenda o impacto da taxa de juros para o consumidor 53

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA
Preço de combustíveis é 'ponto de incerteza' para inflação, diz FGV 54

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Sustentabilidade será um dos critérios para definir benefício fiscal 55

Auditores da Receita protestam

Auditores fiscais do Distrito Federal fizeram uma ação intensa de fiscalização ontem em forma de protesto contra a evasão de servidores para outros estados. Para evidenciar o baixo número de profissionais e chamar a atenção da Secretaria de Fazenda para a necessidade de mais funcionários, eles passaram a fiscalizar um por um os caminhões que entravam no DF, ao invés de fazê-lo por amostragem, como normalmente é.

Como consequência, grandes filas de caminhões nos pontos de entrada do DF começaram a se formar a partir das 4h de ontem. Os auditores faziam a revista produto por produto para conferir se o que havia nas caçambas correspondiam à exata descrição dos itens nas notas fiscais dos transportadores. Até o início da tarde de ontem, apenas no pátio da sede da Secretaria de Fazenda (Sefaz), no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), 70 veículos já haviam sido parados.

De acordo com Toni Pinto, presidente do Sindicato dos Auditores da Receita do DF (Sinafi-te), o objetivo é chamar a atenção do GDF para a problemática da falta de pessoal decorrente da remuneração não concorrente com a de outros estados da Federação. Segundo ele, o DF é a segunda unidade federativa com o menor salário para o cargo de auditor fiscal. Por isso, muitos servidores têm procurado seguir carreira em outras regiões do país.

"Depois de 20 anos sem concurso, o GDF nomeou 175 auditores novos. Temos a previsão de que outros 80 saiam. Daquele total nomeado, em um ano, já saíram 40, indo para outros estados com remunerações melhores que as nossas", alegou. "Estamos alertando o governo de que, se não for feito algo, vamos ter um apagão no Fisco [gestão de **impostos** e arrecadações tributáveis]. Temos mais 100 colegas que estão em condições de se aposentar", continuou.

Em resposta à operação, uma reunião com a Secretaria de Fazenda foi feita. Procurada pela reportagem, a pasta alegou que a reunião foi realizada em uma mesa redonda e que "as reivindicações ainda estão sendo avaliadas". Além disso, a Sefaz ressaltou ainda que "não houve entrega de cargos", como o sindicato havia alegado que faria - seriam 130 cargos comissionados de chefia exonerados.

Passa autorregularização de impostos devidos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nessa terça-feira (19), um projeto de lei (PL) que permite ao contribuinte fazer a autorregularização voluntária de **impostos** devidos à **Receita Federal**.

Por ter caráter terminativo, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Pelo texto, aqueles que aderirem à autorregularização poderão quitar os débitos com a redução de 100% dos juros de mora mediante o pagamento à vista de pelo menos metade do valor total.

O restante pode ser parcelado em até 48 vezes.

O contribuinte também poderá optar pelo pagamento em até 60 parcelas mensais e sucessivas.

Por essa segunda alternativa, há uma redução nos juros de mora de 75% a 25%, desde que o número máximo de prestações escolhido não ultrapasse 48.

A matéria não prevê redução de juros para pagamento acima de 49 parcelas. Sobre o valor de cada prestação mensal, serão acrescidos juros equivalentes à Selic para títulos federais e de 1% relativos ao mês em que o pagamento for efetuado.

O texto foi aprovado após um acordo de última hora para acatar pedidos da **Receita Federal** e do Ministério da Fazenda.

A última versão do parecer prevê a possibilidade de uso de precatórios e de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de 50% da dívida. Antes, não havia limite.

Os contribuintes poderão fazer a autorregularização em até 90 dias após a regulamentação da lei.

O relator da matéria, Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que "as condições favoráveis do programa se justificam pelo fato de o contribuinte confessar e recolher o tributo devido". Também disse que confere-se um certo fôlego às empresas pela possibilidade de uso de precatórios e de créditos de prejuízo fiscal.

"É inegavelmente uma medida bem-vinda para que as empresas possam usar parte de seus recursos para reinvestimentos em detrimento de canalizá-los integralmente para o pagamento de débitos tributários. Como a taxa básica de juros ainda está elevada, é dever do Estado incentivar a economia com vistas a manter o crescimento econômico e a geração de empregos no país", disse o relator.

Coronel também alegou que a medida é adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro, "visto que incrementará a arrecadação federal".

O texto da autorregularização teve origem em emendas (sugestões de alteração) apresentadas anteriormente ao projeto de lei (PL) do voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). (JL)

"É dever do Estado incentivar a economia" Angelo Coronel

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187664

Dez órgãos já aderiram ao 'Enem dos concursos'

Geralda Doca

Nove ministérios e uma agência reguladora já aderiram à prova unificada do governo para a seleção de novos servidores, chamada de "Enem dos concursos", segundo levantamento parcial do Ministério da Gestão e Inovação. Ao todo, serão oferecidas 5.151 vagas pelas entidades que entraram no super concurso.

Os ministérios terão até o dia 29 deste mês para aderir à prova unificada. O ato normativo que cria o comitê organizador deve ser publicado ainda hoje. A expectativa é que o edital seja publicado em 20 de dezembro. A realização das provas em várias cidades do país ocorrerá de forma simultânea em 25 de fevereiro.

Os órgãos públicos que aderiram são: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Gestão e Inovação (MGI); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércios e Serviços (MDIC); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Ministério da **Previdência Social** (MPS); e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Ao todo, o governo autorizou 8.146 novas vagas no serviço público em 2023. Até agora, os ministérios que não aderiram e poderão realizar concursos separados são: Relações Exteriores, Agricultura, Defesa, Educação, Minas e Energia, Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Desenvolvimento e Assistência Social, Meio Ambiente, Transportes, além do Banco Central. Entre as agências, estão Aneel, ANS, Anac, Anvisa, ANA, Anatel e ANTT.

Chamada de Concurso Nacional Unificado, a proposta foi apresentada aos ministérios pelo secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr., em agosto.

- Queremos revolucionar o serviço público, trazer diversidade e pessoas vocacionadas.

Também queremos combater os concurseiros profissionais, embora sejam legítimos - disse o secretário.

RECOMPOSIÇÃO DE QUADROS A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, tem dito que uma das prioridades do presidente Lula é recompor o quadro de **servidores públicos**, sob argumento de que a máquina foi sucateada nos últimos governos.

- O objetivo é ampliar o acesso da população às vagas públicas. O perfil do servidor hoje é de cor branca e da classe média, que tem dinheiro para pagar inscrições, cursinho e tem tempo para estudar.

Há uma burocracia representativa no setor público - concluiu o secretário.

Para André Marques, coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, centralizar as regras é uma forma de garantir que essas normas sejam colocadas em prática: - Se (a mudança) vai atrapalhar a vida do concurseiro, lamento. A gente criou uma indústria para ensinar decoreba.

Não é culpa dos cursinhos, mas dos concursos. Tem pessoa que consegue ficar dois, três anos parada para estudar, e isso amplia as desigualdades.

*

INSS: mais 250 técnicos serão nomeados

O Ministério da Gestão autorizou a nomeação de mais 250 candidatos aprovados no concurso público para técnico do Seguro Social, do **INSS**. A autorização consta da Portaria 5.451, publicada no Diário Oficial da União de ontem.

O concurso foi anunciado no segundo semestre do ano passado, com a oferta de mil oportunidades imediatas com exigência de nível médio, mais formação de um cadastro de reserva.

A seleção teve mais de um milhão de inscritos. O processo seletivo será válido até 4 de maio de 2024, podendo ser prorrogado por mais um ano. A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos novos candidatos aprovados será do **INSS**.

Vale lembrar que, no início de agosto deste ano, a **Previdência Social** divulgou sua proposta

orçamentária para 2024 prevendo a necessidade de realização de um novo concurso para melhorar o atendimento à população.

A estimativa é que seria necessário contratar 7.655 servidores da carreira do Seguro Social e 1.574 profissionais da carreira de Perito Médico Federal no ano que vem.

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 20/09/2023 - 07:00 Por Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (20) a parcela de setembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3. Esta é a quarta parcela com o novo adicional de R$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R$ 686,89. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,47 milhões de famílias, com gasto de R$ 14,58 bilhões.

Desde julho, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 237.897 famílias foram canceladas do programa em setembro por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 550 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 2,15 milhões de famílias passaram a fazer parte do programa.

Cerca de 2 milhões de famílias estão na regra de proteção em setembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R$ 375,88.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em outubro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3

Calendário INSS de setembro: confira as datas de pagamento da aposentadoria

Do UOL, em São Paulo20/09/2023 06h30

O calendário referente ao pagamento dos benefícios do **INSS** de setembro já está disponível. Os depósitos começam na próxima semana, atingindo um total de 37 milhões de aposentados e pensionistas em 2023.

As datas variam de acordo com o valor do benefício, sendo que pagamentos de até um salário mínimo têm datas diferentes dos depósitos para beneficiários com renda mensal acima do piso nacional.

Para consultar a data de pagamento, basta verificar o número final do cartão de benefício, desconsiderando o último dígito verificador após o traço.

Por exemplo, se um cartão tiver o número 123456789-0, vale o número 9 como dígito final.

Para os beneficiários com histórico de recebimento, a data de pagamento segue o padrão habitual.

Confira, abaixo, as datas de pagamento do **INSS** referentes a setembro:

Até 1 salário mínimo:

Acima de 1 salário mínimo:

É possível consultar o extrato do **INSS** por meio do aplicativo do **INSS** e do site Meu **INSS** . Para acessar, basta fazer login com a conta Gov.br, o login único para os serviços digitais do governo federal.

Tanto no aplicativo quanto no site, o segurado poderá conferir informações importantes, como o extrato de pagamento de benefícios, os valores a receber no próximo calendário, as datas de pagamento, além de poder agendar ou remarcar perícias e utilizar outros serviços relacionados aos benefícios da **seguridade social**.

Além das diferentes modalidades de aposentadoria (idade, invalidez, etc.), o **INSS** também comporta benefícios como auxílio-doença , auxílio-reclusão , pensões, salários família e maternidade, pecúlio e seguro-defeso.

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/20/

calendario-inss-setembro-20-09.htm

INSS fixa meta de R$ 20 bilhões para pente-fino 2024 (Rômulo Saraiva)

Rômulo Saraiva

Enquanto o **INSS** começa a organizar o seu orçamento de 2024, cujo gasto inicial é da ordem de R$ 897,7 bilhões, o governo adotou a estratégia de enxugar gastos por meio de cortes em benefícios previdenciários, que, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), estão sendo pagos indevidamente.

A meta é economizar algo entre R$ 12,5 bilhões a R$ 20 bilhões com cortes de benefícios previdenciários. A economia de recursos a partir da cessação de benefícios é arriscada, pois não há precisão de quais estão sendo pagos indevidamente, nem sua repercussão financeira.

Ao se estabelecer previamente uma meta financeira, o ano de 2024 pode começar com uma espécie de caça às bruxas para que a meta seja alcançada a todo custo, principalmente pelo fato desse valor ter sido desfalcado do orçamento.

Essas medidas de redução estão sendo tomadas a partir de orientação do TCU, embora o governo não tenha tornado público qual o estudo realizado pela corte de contas nem os critérios adotados. São projeções realizadas pelo Tribunal de Contas e, naturalmente, podem ter erros. Se existem, a sociedade simplesmente terá de concordar com eles, uma vez que os dados não se tornaram públicos.

Conforme publicado pela reportagem da Folha , os acórdãos do TCU apontam potenciais de R$ 2,9 bilhões com a correção de irregularidades e de R$ 6,6 bilhões com a revisão de possíveis pagamentos indevidos por ausência de perícia médica no prazo estabelecido . O **INSS** emitiu uma nota técnica estimando ser possível recuperar R$ 12,5 bilhões a partir de medidas de redução.

Já a estimativa do executivo foi mais ambiciosa. A ministra do Planejamento, Simone Tebet , pronunciou publicamente que o corte será da ordem de R$ 20 bilhões no **INSS** por meio da revisão e da operação pente-fino na lista de beneficiários. A ideia é apurar fraudes e erros nos benefícios concedidos durante os anos de 2021 e de 2022.

Num primeiro momento, há divergência entre a economia planejada de R$ 12,5 bilhões, anunciada pelo **INSS**, e de R$ 20 bilhões, valor mencionado por Tebet. Qual é a base que respalda esses números? Por que a diferença entre projeções em curto espaço de tempo? Os números estão superestimados?

O governo apresenta uma cifra, mas não explica como chegou nela.

Expurgar da folha de pagamento quem está recebendo benefício previdenciário indevidamente é salutar, necessária e legal. Mas isso precisa ser feito com parcimônia.

Por exemplo, o **INSS** não tem estrutura administrativa para tentar zerar a fila do **INSS**, estimada em 1,69 milhão pessoas aguardando resposta, e ao mesmo tempo empreender uma operação pente-fino grandiosa, algo que não é feito só por meio de inteligência artificial. Como o orçamento do **INSS** para o ano de 2024 foi reduzido em prol dessa expectativa de recuperação de crédito, haverá um pressionamento para que a operação pente-fino saia de qualquer jeito no ano que vem.

O problema de fazer operação pente-fino sem muito critério e visando só resultados financeiros, como a audaciosa meta de R$ 20 bilhões, é o cometimento de injustiças em larga escala. Tradicionalmente, a operação pente-fino é conhecida por cessar indevidamente e precipitadamente muitos benefícios. A nova edição do pente-fino 2024 não deverá ser diferente, principalmente depois que o governo fixou essa meta bilionária.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2023/09/inss-fixa-meta-de-r-20-bilhoes-para-pente-fino-2024.shtml

Tem 50 anos e nunca se planejou para a aposentadoria? Veja o que fazer

Stéfanie Rigamonti

Além da experiência e da maturidade, uma das vantagens de se chegar aos 50 anos é que, normalmente, a pessoa conseguiu acumular algum patrimônio ao longo da vida. Esse é um fator importante para quem chegou a essa idade e nunca se planejou para a aposentadoria .

Começar a pensar na previdência nessa idade demanda alguns sacrifícios a mais e muita organização. A pessoa precisa rever todos os seus gastos para encontrar um espaço para poupar dinheiro.

É preciso ter em mente que não tem como recuperar o tempo que passou. Então, os aportes mensais para essa finalidade terão de ser maiores nessa fase da vida, se o indivíduo quiser manter o padrão de vida que tinha antes de parar de trabalhar.

Falando nisso, o analista de renda fixa André Alírio, da Nova Futura Investimentos, lembra que a realidade do Brasil não comporta mais que as pessoas parem de trabalhar tão cedo.

Hoje a expectativa de vida dos brasileiros é maior, de 77 anos, segundo o último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) . Esse fator somado à saturação do sistema previdenciário brasileiro faz com que o Estado demande que os cidadãos se mantenham economicamente ativos por mais tempo.

A última reforma da previdência impôs um tempo maior de contribuição para quem quer se aposentar com o teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) , de R$ 7.507,49 por mês. Segundo especialistas, daqui a dez anos o Brasil deve passar por novas mudanças no sistema previdenciário.

"Talvez exijam que nós cheguemos próximos dos 70 anos ativos ainda, por isso é preciso se manter profissionalmente atualizado para continuar trabalhando e gerando aquilo que o país precisa", diz Alírio.

Continuar ativo aos 50 anos, portanto, faz parte do planejamento da aposentadoria. Mas é preciso ter em mente que, se a pessoa não fizer mais nada, ela pode se aposentar com um padrão de vida muito abaixo do que tem agora.

Além de rever os gastos e começar a poupar de verdade, a analista de Alocação e Fundos da XP Clara Sodré orienta as pessoas dessa idade a começarem a analisar os seus bens, tanto os imobilizados -casas e apartamentos, por exemplo-, como os mobilizados, seja carros, dinheiro acumulado em conta bancária ou aplicações financeiras.

Às vezes, será mais vantajoso para o futuro que o indivíduo se desfaça de um imóvel ou carro que estejam parados e aplique esse dinheiro, ou então coloque a casa ou apartamento para alugar.

Com relação ao dinheiro acumulado, a pessoa deve protegê-lo ao máximo, fugindo de investimentos mais arriscados, embora estes muitas vezes tragam um retorno maior. Isso porque o investidor tem menos tempo para recuperar o que perdeu com aplicações mais arriscadas do que um indivíduo mais jovem.

"Quem já tem uma carteira de investimentos (* veja glossário abaixo), precisa zerar as aplicações em ativos mais arriscados para focar totalmente na aposentadoria", diz Alírio. Segundo o especialista, as pessoas dessa faixa etária podem manter investimento em ações, desde que sejam de empresas já consolidadas, pagadoras de dividendos. Ainda assim, a porcentagem de dinheiro nesse tipo de ativo deve ser bem menor do que em títulos de renda fixa (*).

Além da renda fixa, os especialistas recomendam também aportar dinheiro em títulos de previdência privada. Mas como foi falado na quarta edição desta série , é preciso pesquisar entre os diversos produtos que existem hoje para tirar a melhor vantagem, ou seja, buscar títulos com os melhores rendimentos e taxas de manutenção e de resgate menores.

O especialista em previdência e seguros Danilo Carrillo, da Warren Investimentos, aconselha pesquisar também os produtos oferecidos por seguradoras independentes e por gestoras, que possuem opções com diferentes estratégias e voltados para diversos perfis de investidores (*).

A Folha fez um levantamento com três corretoras sobre investimentos recomendados para

aposentadoria na faixa dos 50 anos de idade. O perfil de investidor adotado foi o moderado.

Vale ressaltar que estas carteiras são apenas balizas, então é sempre importante consultar um especialista, que irá montar um planejamento que se encaixe exatamente no seu perfil e objetivos pessoais para o futuro.

Vantagens: Maior patrimônio acumulado

Desvantagens: Menos tempo para poupar; valor a ser poupado deve ser maior; menos liberdade para se expor ao risco

Carteira de investimentos: Conjunto de todas as aplicações financeiras de uma pessoa.

Renda fixa: São aplicações que possuem critérios pré-definidos de rendimento, ou seja, quais são as formas de correção do título investido e o limite de tempo para o dinheiro ficar investido.

Renda variável: São investimentos com menor previsibilidade e que, por isso, são considerados mais arriscados. Estão mais sujeitos às oscilações do mercado, como juros, câmbio e preços de commodities. Em compensação, justamente por serem mais arriscadas, são aplicações com expectativas de maiores rendimentos.

Perfis de investidor

- Conservador: Com baixa tolerância ao risco, busca ativos mais seguros para investir, com garantias maiores de retorno, mesmo que a rentabilidade seja menor.

- Moderado: Tem uma tolerância maior ao risco, portanto, possui mais ativos arriscados em sua carteira de investimentos, embora esse tipo de investidor ainda preze por segurança e garantias de retorno.

- Arrojado: É o investidor com a maior disposição de enfrentar o risco de uma aplicação, desde que ela potencialmente traga retornos maiores. Está disposto a perder dinheiro com as oscilações de mercado se for preciso para alcançar uma maior rentabilidade em contrapartida.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/tem-50-anos-e-nunca-se-planejou-para-a-aposentadoria-veja-o-que-fazer.shtml

Existe o investimento ideal para se aposentar? (Papo com Especialista)

Colaboração para o UOL, em São Paulo20/09/2023 04h00

Quem vai fazer um plano para se aposentar geralmente quer saber: onde investir o dinheiro? Qual a melhor aplicação para a aposentadoria?

Saiba qual deve ser a sua meta ao montar uma carteira para o longo prazo. "Entenda as diferenças entre os produtos, porque, alinhado ao seu perfil de investidor, você conseguirá escolher quais produtos quer ter na sua carteira de investimentos", diz a planejadora financeira Lueny Santos, no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL.

Essa matéria faz parte do terceiro aulão da série "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Veja a live completa aqui . São três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo.Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Não existe o melhor investimento no mercado financeiro. "O que existe no mercado são produtos que têm características diferentes, tempo de resgate diferente, riscos diferentes e, consequentemente, rentabilidades diferentes", declara Lueny.

Entenda como os investimentos funcionam. "Vale entender as diferenças entre eles, porque, alinhado ao seu perfil de investidor, você escolhe quais produtos quer ter na sua carteira de investimentos", diz.

Tenha clareza em qual é o seu objetivo de rentabilidade. "Nas simulações de quanto você precisa guardar por mês para alcançar um renda passiva de x ou para você acumular um patrimônio y, eu sempre considero para os cálculos uma referência de rentabilidade de 4% de taxa real, ou seja, de rentabilidade acima da **inflação** ", diz.

Busque rendimento acima da **inflação**. A média da **inflação** dos últimos 20 anos é de 6,59% ao ano. Se a média é de 6,59%, e você quer ganhar 4% acima da **inflação**, deve buscar um produto com uma rentabilidade média de 10% ao ano.

"Há momentos do mercado que vai ser mais fácil conseguir encontrar produtos com essa rentabilidade, como o momento em que estamos vivendo agora. Mas existem outros momentos em que ter uma carteira bem diversificada é o que vai possibilitar bater essa meta de rentabilidade", declara.

O movimento do mercado de altos e baixos sempre vai existir. Ou seja, não é para investir de acordo com o momento "E você precisa entender como isso interfere nos seus investimentos e como você pode aproveitar as oportunidades do mercado para estruturar a sua carteira", afirma.

Lueny Santos

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um Aulão, com três lives, sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem e têm acesso aos três textos na íntegra.

O primeiro aulão foi sobre como se planejar para a aposentadoria . O segundo, sobre como escolher o melhor fundo de previdência . Já o terceiro aulão ampliou os horizontes e indicou que outros investimentos podem ser usados para guardar dinheiro para o futuro , muito além da previdência.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo.Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma

newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site: http://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/20/investimento-ideal-aposentadoria.htm

Alerta contra tributação

Aline Brito

A **Reforma Tributária** pode afetar diretamente a advocacia brasileira. O presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), Gustavo Brigagão, alerta que a alteração do Imposto Sobre Serviços (ISS) pode prejudicar o setor e impactar na geração de empregos no país, já que, segundo ele, essa é uma das áreas que mais emprega no Brasil.

Em entrevista ao Correio, o advogado tributarista destacou que o texto da reforma carrega inconsistências e criticou os regimes especiais criados pelo projeto, que deixam de fora as sociedades de advogados, classe beneficiada pela cobrança de um imposto fixo. "Desde 1965, pretendeu- se evitar que os profissionais fossem tributados percentualmente sobre os seus faturamentos.

Era assim com os autônomos, que são tributados de forma fixa, justamente para que não se transforme o ISS em um imposto sobre a renda. E os profissionais são tratados da mesma forma, porque eles têm responsabilidade pessoal", sustenta.

Caso a reforma seja aprovada no Senado nos mesmos moldes em que passou pela Câmara, vai aumentar expressivamente a carga tributária atribuída aos advogados. Por isso, a Cesa tem atuado para mostrar a importância de reconsiderar os regimes especiais. Na quinta-feira, Brigagão vai participar de uma audiência pública no Senado para debater o assunto.

As questões relativas à **reforma tributária** serão um dos temas do seminário que será promovido pelo Cesa nas próximas segunda e terça-feira no Instituto de Direito Público (IDP), em Brasília. Além do direito tributário, a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) na defesa da democracia será um dos temas centrais. Intitulado "Advocacia, Poder Judiciário e segurança jurídica", o evento também deve abordar a relação entre o Legislativo e a democracia e a interação entre Judiciário e a advocacia, a fim de aprimorar os julgamentos.

O seminário terá a presença de nomes como Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)TF; Délio Lins e Silva Júnior, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e João Otávio de Noronha e Sebastião Reis Júnior, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A segunda edição do evento marca a comemoração dos 40 anos da entidade.

ATUAÇÃO DO CESA

Um dos comitês do Cesa mais atuantes é o tributário. Brigagão explicou que, há 40 anos, o Centro tem defendido os interesses dos profissionais liberais. "Esse debate acerca do ISS mostra bem a atuação do Cesa. Nós fizemos uma sustentação oral no STF e ganhamos de 11 a 0. Na ocasião, o Supremo decidiu que essa questão do ISS não é um benefício fiscal, mas, sim, um regime especial que trata das especificidades dos escritórios de advocacia Portanto, não se trata de um benefício que tenha sido criado pela União Federal em relação ao tributo municipal. O Cesa defende que não exista regime (especial) nenhum ou, caso exista, que as sociedades profissionais sejam as primeiras a serem incluídas, porque temos isso há 55 anos."

IGUALDADE DE GÊNERO

Brigagão destacou que o Cesa preza pela igualdade de gênero no poder Judiciário e defendeu a nomeação de uma mulher para a vaga que será criada no STF com aposentadoria da ministra Rosa Weber. "A questão de gênero é muitíssimo importante. Nós temos, atualmente, duas ministras na Corte.

O STJ é outro tribunal que também tem uma disparidade muito grande de gênero. Pode acontecer um retrocesso muito grande. Então, diante dessa disparidade toda, a mim parece que é correto nomear uma mulher para o STF."

SELO

Pensando em incentivar a igualdade de raça e gênero dentro da advocacia, o Cesa criou um selo atribuído aos escritórios que promovam ações para equiparar a quantidade de homens, mulheres, brancos e negros no ambiente de trabalho. "Os selos variam em graus, em função das iniciativas que a empresa toma no sentido de adotar diversidade e inclusão.

É um trabalho que visa trazer as pessoas para esse valor. Então, o simples fato de o escritório estar concorrendo já significa que ele tem interesse em se aprimorar nesse campo. Nós temos o [projeto] Incluir Direito, que promove a inclusão de advogados negros nos escritórios de advocacia. Nós vamos às universidades e damos a instrução necessária para

que os negros possam integrar os escritórios.

E isso tem gerado resultados.

Recentemente saíram novos dados em relação à participação dos negros nos escritórios, que aumentou 11%."

DIVERSIDADE

"Nós pregamos a diversidade e a inclusão. Não adianta ter a diversidade no ambiente e não ter a inclusão de negros e mulheres na faixa de comando", argumenta o advogado. Segundo ele, O Cesa está comprometido com a agenda ESG, que abrange iniciativas relacionadas ao meio ambiente, ao social e à governança. "Nós fazemos palestras para conscientizar as pessoas em relação aos diversos problemas do meio ambiente, e tentamos adotar práticas relacionadas a esse aspecto. Quando surgiu o ESG, fizemos uma sequência de palestras a respeito do assunto, tentando conscientizar a sociedade e os advogados sobre a importância disso. Nós temos o prêmio Lumen, que atribuímos às sociedade de advogados que adotam bons comportamentos de gestão em relação à tecnologia, em relação ao ESG, em relação à diversidade, e diversidade não só de gênero, mas de raça, LGBT e inclusão de pessoas com deficiência."

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/20/all.pdf

Audiência de reforma tributária discute novas regras para setor de serviços

O relator da **reforma tributária** senador Eduardo Braga (MDB -AM) afirmou, ontem, durante, audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater a PEC da **reforma tributária**, que o setor dos serviços um dos setores mais desafiadores para se aplicar as novas regras tributárias. A audiência contou com a participação de 12 convidados do setor.

"Por isso tenho ouvido tanto e tido tanta cautela, porque cada vez que me debruço sobre esse assunto e estudo, eu percebo a complexidade e o quanto nós precisaremos estar efetivamente atentos com relação a decisão que vamos tomar até o final de outubro", reconheceu Braga.

A despeito da complexidade do tema, o senador acrescentou: "Uma coisa nós temos certeza, não temos como continuar com esse modelo tributário.

O Brasil não consegue mais responder à tração econômica com esse manicômio tributário que nós temos. Precisamos dar uma resposta a isso". Diante dos inúmeros pedidos de excepcionalidades para os novos **tributos** sobre o consumo e de críticas contundentes ao novo Imposto Seletivo, que substituirá o IPI, Eduardo Braga fez um alerta. "O Imposto Seletivo tem uma função extrafiscal e substituirá o IPI, responsável em grande parte pelo financiamento de estados e municípios, pois 50% desse imposto é que financia os Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados", observou.

Na sua opinião, isso merece uma reflexão de seus colegas de Senado, em especial quando alguns deles estimulam a formação da opinião pública contra a criação do Imposto Seletivo. Braga ressaltou que 65% da sua receita será destinada ao financiamento do FPE e FPM, bem como dos fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

"Quando as receitas dos municípios e estados desabam, todos nós nos perfilamos e gritamos", acrescentou o senador.

Site: https://d24am.com/wp-content/uploads/2023/09/6a8929deb6a32feaf9ce7de927f263013ee3b64dc8ffc06ea0a807080f2b2dc5.pdf

Conter abusos sem prejudicar investimentos - LU AIKO OTTA

A discussão no Congresso mal começou, mas é crescente a preocupação com a proposta do governo que pretende cobrar, das grandes empresas, valores descontados de **tributos** federais com base em programas de estímulo estaduais da "guerra fiscal".

Trata-se da Medida Provisória 1.185/2023.

Na semana passada, estiveram na Fazenda representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Essa entidade congrega 440 empresas que respondem por 88% do valor de mercado da B3 e 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Está contra a MP.

Ontem, foi a vez de o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), deputado Danilo Forte (União Brasil - CE) ir ao ministério levando representantes da federação das indústrias de seu Estado e de grandes empresas instaladas na região. O deputado sugeriu que o governo desacelere a tramitação da proposta, reapresentando-a como um projeto de lei.

Fortes ouviu na Fazenda que a MP é importante para cumprir o compromisso de equilibrar as contas públicas, fazendo frente a gastos que já estão contratados, informou uma fonte à coluna. A expectativa é reforçar as receitas em R$ 35,3 bilhões no ano que vem e em outros R$ 102,6 bilhões até 2027.

Também foi dito ao deputado que a MP reforça receitas coibindo um abuso: o de Estados concederem benefícios fiscais sem consultar ninguém, apesar de esses provocarem perdas para os cofres federais, para outros Estados e para os municípios.

Foi-lhe assegurado, ainda, que a MP não afeta empreendimentos aprovados no âmbito de Sudam e Sudene, um dos focos de preocupação do congressista.

As crescentes perdas na arrecadação federal foram apresentadas à imprensa no início deste mês pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Empresas que recebem incentivos tributários nos Estados os descontam da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No ano passado, foram R$ 149,1 bilhões de redução de base, o que representou perda de R$ 50 bilhões em receitas.

A Fazenda não vê problema nos abatimentos de despesas relacionadas a investimento.

Porém, não aceita que o mesmo seja feito em relação a custeio. Há casos, disse Barreirinhas, em que o dinheiro não é usado na empresa. É distribuído aos sócios.

O problema vem sendo tratado em duas frentes. A MP, explicou o secretário, estabelece regras para o futuro.

Quanto ao passado, está em curso um trabalho para convencer as 50 empresas mais beneficiadas a regularizarem suas contas antes de ser aberta fiscalização.

A MP, por sua vez, trata de distinguir as subvenções a investimentos daquelas destinadas ao custeio. A proposta é não permitir mais reduções na base de cálculo. Ao mesmo tempo, criar um crédito fiscal para os investimentos.

Mal comparando, o incentivo não seria mais um desconto no imposto, e sim um voucher.

Esse desenho é o recomendado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A mudança de modelo, porém, foi avaliada pela Abrasca como "brusca" e geradora de insegurança às empresas. Cria uma burocracia enorme, avaliou à coluna o presidente-executivo da entidade, Pablo Cesário. A empresa precisará se habilitar para usufruir do benefício, o que a seu ver inviabiliza investimentos.

Segundo o executivo, Barreirinhas disse na reunião que seu objetivo não é esse, e sim barrar os abusos nas subvenções ao custeio.

A Abrasca ficou de analisar a MP sob esse ângulo e, eventualmente, apresentar alternativas à Receita.

No entender da entidade, essa proposta, somada a outras, como a que acaba com o mecanismo chamado Juro sobre o Capital Próprio (JCP), deveria ser tratada

na reforma do Imposto de Renda, e não antecipada para reforçar a arrecadação no curto prazo.

O diálogo entre empresas e Fazenda é importante para achar um equilíbrio que contenha eventuais abusos, mas não sacrifique a estabilidade de regras.

O ambiente para esse debate estaria melhor se as propostas destinadas a elevar receitas estivessem acompanhadas de outras para conter despesas.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187664

Comissão aprova emenda que amplia imunidade de igrejas e partidos políticos

LEVY TELES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade de **impostos** a igrejas e partidos políticos. O novo texto garante que ambos possam deixar de pagar **tributos** no caso de compras de bens e serviços necessários para formar patrimônio. A PEC ainda passará por discussão em uma comissão especial antes de ir ao plenário.

O texto, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos- RJ), que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, justifica a criação da iniciativa pelo "interesse social".

Apenas o PSOL foi contra a proposta. "A PEC retira essa ideia das finalidades essenciais, passando a dizer que qualquer serviço, acúmulo, patrimônio, obra, gozarão da imunidade tributária. Isso é estender demais, ferindo o próprio princípio da imunidade tributária", afirmou Tarcísio Motta (PSOL-RJ).

UNIDOS. Na comissão, tanto o governo como a oposição foram favoráveis. No PT, o líder do governo, José Guimarães (CE), votou pela aprovação. Já o líder da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), atacou o governo para defender o seu posicionamento.

"Prefiro que os recursos fiquem com os templos religiosos do que com o Estado, com o governo atual", afirmou.

Além de partidos e igrejas, caso o projeto seja sancionado, entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos também ficarão imunes a parte dos **impostos**.

Relatora da PEC, a ex-ministra do Turismo Daniela Carneiro (União Brasil-RJ) optou pela admissibilidade do projeto.

"A PEC está em plena consonância com os preceitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal", justificou.

O relator anterior era Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que deixou a Casa para assumir o Ministério de Portos e Aeroportos. O projeto teve amplo apoio de todas as siglas e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que esteve ao lado de Crivella no ato de divulgação da proposta.

INICIATIVA. Grupos religiosos partiram para uma iniciativa para isentar igrejas de **impostos** em múltiplas frentes. Como mostrou o Estadão, a proposta de **reforma tributária** aprovada na Câmara autorizou emenda que beneficia igrejas.

Se o texto não sofrer alterações nesse campo no Senado, entidades como organizações beneficentes vinculadas a templos religiosas deixarão de pagar alguns **impostos** que incidem sobre patrimônio renda e serviços.

Troca-troca

O relator da proposição era Silvio Costa Filho, hoje ministro; agora é Daniela Carneiro, ex-ministra

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

CCJ aprova PEC que amplia isenção tributária a igrejas

LAURIBERTO POMPEU

Com o aval de deputados da base aliada, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária a templos religiosos e beneficia partidos políticos.

O texto é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos- RJ), bispo licenciado da Igreja Universal e ex-prefeito do Rio. A bancada do PT liberou os filiados para votarem como quisessem, enquanto PSOL e Rede orientaram pela rejeição ao projeto.

Momentos antes da votação, o presidente da CCJ, o petista Rui Falcão (SP), respondeu a uma crítica da deputada Priscila Costa (PL-CE) de que a esquerda seria contra o projeto e disse que parte é a favor: -Só para esclarecer quem vai votar, o projeto não trata apenas de templos católicos, é de todas as convicções religiosas, abrangendo inclusive setores da esquerda que estão votando a favor.

A imunidade aos templos religiosos está prevista na Constituição.

O Supremo Tribunal Federal (STF) estabelece que a isenção se refere aos **tributos** diretos - tais como IPTU de imóveis das igrejas ou IPVA para os carros em nome das entidades religiosas. O entendimento atual é que o benefício alcança somente a renda, o patrimônio e os serviços relacionados às organizações religiosas e partidárias. A proposta busca expandir a medida às tributações indiretas.

A PEC que regulamenta o benefício deverá ser ampliada aos templos de qualquer religião, assim como às sedes de agremiações políticas. No caso de uma reforma do templo ou em obras comunitárias ligadas à igreja, por exemplo, o material de construção seria adquirido sem imposto. Críticos do texto argumentam que esse novo modelo vai impactar na arrecadação dos estados.

Inicialmente o relator da proposta era Silvio Costa Filho, da mesma sigla que Crivella, mas ele se licenciou do mandato na semana passada para se tornar ministro de Portos e Aeroportos. A deputada Daniela Carneiro (União-RJ), ex-ministra do Turismo, foi designada nova relatora.

Crivella era apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro e já foi ministro da Pesca da petista Dilma Rousseff. Hoje ele diz ter uma relação de independência com o governo de Lula.

Já Daniela, mesmo após ter sido demitida do Turismo, segue aliada do governo.

Após a aprovação no colegiado, a PEC terá o mérito analisado numa comissão especial e, caso seja novamente chancelada, terá de passar pelo plenário de Câmara e Senado.

Assim como Costa Filho havia feito, Daniela também é aliada de Crivella. Ela está em conflito com o União Brasil e deve se filiar ao Republicanos.

A PEC da imunidade tributária foi tema da reunião entre Crivella e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, no começo do ano.

Segundo o deputado, o ministro prometeu apoio à iniciativa.

A PEC conta com a assinatura de seis deputados do PT.

Desde a campanha, Lula enfrenta forte resistência entre o eleitorado evangélico, majoritariamente apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro. A partir do momento em que assumiu, petista passou a debater meios de atrair os representantes do segmento religioso.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Devolução de créditos é adiada

São Paulo - A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou ontem a decisão sobre as regras para que as distribuidoras devolvam, aos consumidores, valores bilionários cobrados a mais na conta de energia antes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

A diretora Agnes da Costa pediu vista do processo para avaliar melhor as regras propostas pelo relator, diretor Fernando Mosna, apontando dúvidas especialmente sobre a possibilidade de devoluções individualizadas de créditos a consumidores.

A discussão envolve parte importante dos cerca de R$ 62 bilhões em créditos devidos aos consumidores de energia após o encerramento do julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021. A maior parcela desse montante já vinha sendo retornada aos consumidores nos últimos anos via redução de tarifas, mas restam ainda cerca de R$ 20 bilhões, informou a Aneel.

Em seu voto apresentado ontem, Mosna reafirmou o entendimento de que os valores devem ser integralmente destinados aos consumidores, como previsto em lei aprovada pelo Congresso no ano passado, e afastou um pleito das distribuidoras para serem remuneradas de alguma forma por terem buscado esses recursos na Justiça.

As distribuidoras, representadas pela associação Abradee, defendem ter direito a "prêmios", "reconhecimento de custos" ou "incentivos" por terem ingressado, há mais de 20 anos, com ações na Justiça questionando a base de cálculo dos **tributos**, o que no fim permitiu a geração desses créditos ratificados pela decisão do STF.

Mas, em seu voto, Mosna entendeu que essa foi uma decisão empresarial das distribuidoras e que, embora tenha produzido efeitos positivos aos consumidores, eles não tiveram influência e não deveriam arcar com os custos dela.

As distribuidoras vêm habilitando créditos junto à **Receita Federal** para devolução aos consumidores desde 2020. Esses valores estão entrando nos cálculos das tarifas de energia e reduzindo os reajustes.

Valores - Segundo a Aneel, já foram contabilizados R$ 38,8 bilhões provindos desses créditos tributários em processos tarifários das distribuidoras, restando ainda cerca de R$ 23 bilhões para serem utilizados nos próximos anos.

Somente em 2023, cerca de R4 11,1 bilhões desses créditos entraram nos cálculos tarifário, com impacto médio de -5,8%, apontou a Aneel.

Embora os valores venham sendo retornados aos consumidores até então de maneira difusa, por meio de redução de tarifas, Mosna defendeu a possibilidade de consumidores receberem os valores individualmente, desde que já tenham ingressado com ações judiciais ou aberto processos administrativos junto às distribuidoras.

Esse tratamento individualizado seria devidamente fiscalizado pela agência, disse o relator, para garantir que esse consumidor não receba mais do que tem direito.

Esse ponto gerou dúvidas entre os diretores, que disseram ver principalmente dificuldades na operacionalização da medida. (Reuters)

Site: https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/

Hora de quitar impostos

Carlos Silva

À medida que o final do ano se aproxima, os moradores do Distrito Federal estão se preparando para enfrentar uma dupla que causa bastante preocupação financeira: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Para aqueles que parcelaram as cobranças, o maior desafio é encontrar maneiras de quitar dívidas em aberto e evitar possíveis penalidades.

Esse é o caso do aposentado Antônio Chaves, 68 anos. O veículo dele faz parte da frota de 1.306.337 automóveis (equivalente a 67% da frota total de veículos da cidade) que circulam pela capital sem o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo por meio digital (CRLV-e). O morador da Candangolândia conta que a situação gera cada vez mais transtorno, com o avançar da idade. "Fico muito preocupado. Antes quando tinha saúde, poderia trabalhar e procurar meios de quitar as contas. Agora, que não posso fazer mais isso, me gera alguma dor de cabeça", relatou angustiado.

O sentimento de Chaves não é sem razão. Segundo o Departamento de Trânsito (Detran-DF), quem for pego andando sem licenciamento regularizado é autuado em uma infração gravíssima. O condutor é multado em R$ 293,47 e recebe 7 pontos na carteira de habilitação, que pode até ser suspensa.

Imposto predial

Mas engana-se quem pensa que somente essa preocupação aflige os candangos. Na última segunda-feira, teve início o vencimento da quinta parcela do IPTU. Deste modo, os imóveis cujo último algarismo de inscrição é 1 ou 2 perderam o prazo. Outros imóveis, no entanto, ainda têm tempo. Aqueles com finais 3 e 4; 5 e 6; 7 e 8; e 9 e 0 têm, respectivamente, de terça até sexta-feira para resolver a situação. Por sua vez, o vencimento da sexta parcela do tributo tem prazo a partir de 16 de outubro.

A garçonete Amanda Medeiros, 22 anos, moradora de Santa Maria, tomou um susto quando soube do vencimento. "Tive um mini-infarto dentro de casa", brincou. Mas logo ficou tranquila, já que o imóvel em que ela mora não está incluso naqueles cujo imposto venceu. Ela afirma que vai quitar a dívida, mas cobra retorno do Executivo local. "Sei que se não pagar é pior, mas não acho que são revertidos da forma mais eficiente. O governo deveria fazer mais pela cidade", cobrou.

Sem pânico

Vale lembrar que o cronômetro está rodando. Veículos com placas de final 1 e 2 têm até o dia 30 de setembro para deixar o pagamento das taxas em dia. A partir de 1º de outubro o porte do CRLV-e de 2023 será obrigatório a esses automóveis.

Outros veículos devem seguir a ordem de pagamento conforme o final da placa. Automóveis placas de final 3, 4 e 5 têm até 31 de outubro; aqueles com finais de placa 6, 7 e 8 têm até 30 de novembro; O prazo termina em 31 de dezembro para aqueles com finais de placa em 9 e 0.

Para pegar o documento e ficar em dia com a fiscalização é preciso quitar os débitos do veículo. É importante que, caso os veículos tenham infrações para as quais foi interposto recurso, essas não entram na lista de débitos em aberto que impedem a aquisição do documento obrigatório.

Após quitar tudo, é possível emitir o CRLV-e no portal de serviços do Detran-DF ou pelo aplicativo "Detran Digital". No aplicativo "Carteira Digital de Trânsito (CDT)" também é possível obter o documento.

Para quem decidir por quitar o IPTU, é possível emitir a segunda via do boleto on-line, no portal de serviços da Receita do DF ou pelo aplicativo Economia DF. O boleto pode ser pego, ainda, nos postos do Na Hora ou nas agências de atendimento da Receita do DF.

Quem não regulariza o pagamento do imposto predial pode ficar em sérios apuros, segundo informações da Secretaria da Fazendo do DF. "O contribuinte que deixar de cumprir com suas obrigações fiscais, como o pagamento do IPTU ou IPVA, será inscrito em dívida ativa, incluído no protesto extrajudicial do débito em cartório, incluído nos órgãos de restrição ao crédito, como SPC e Serasa. Ainda, pode sofrer processo de execução fiscal que, caso o devedor não pague ou indique bens a penhorar, poderá ter qualquer de seus bens penhorados", dizem em nota.

Por que pagar **impostos**?

Diante da chegada das obrigações tributárias, é comum que alguns se perguntem por que é importante quitá-las e como são revertidas em melhorias na

cidade. Nesse sentido, a Secretaria da Fazenda do DF explica que os benefícios vão além de ficar fora das possíveis sanções aplicadas ao inadimplentes.

"**Impostos** como o IPTU e IPVA, por terem a característica da receita de sua arrecadação não estar vinculada a finalidade específica, são de fundamental importância para a execução de políticas públicas e instrumento de justiça social, porquanto são **tributos** cobrados de quem tem patrimônio e que serão empregados na consecução de serviços públicos como educação e saúde", esclareceram.

A relevância é tanta que, em caso de queda expressiva na arrecadação, "serviços como a saúde, educação, infraestrutura e segurança pública podem ser bastante afetados".

*Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida

Ficou em dúvida sobre até quando pagar seus **impostos**? Confira a tabela.

IPVA Prazo | Final da placa Até 31 de outubro 3, 4 e 5 Até 30 de novembro 6, 7 e 8 Até 31 de dezembro 9 e 0 IPTU Prazo | Últimos algarismos da inscrição do imóvel Até 19/9 3 e 4 Até 20/9 5 e 6 Até 21/9 7 e 8 Até 22/9 9 e 0

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/20/all.pdf

Como reduzir dívidas de cartão e conta de luz

Eliane Proscholdt

0 programa Desenrola Brasil, lançado pelo governo federal, entra em sua nova fase e promete atacar os vilões dos endividados: contas de água, luz, telefone, crediário, bancárias e outras. O lançamento será neste mês. Mas como reduzir as dívidas?

Anunciado em duas etapas, a primeira fase - batizada de Faixa 2 - já atendeu pessoas com renda acima de dois salários mínimos (R$ 2.640) e até R$ 20 mil, que tinham débitos com bancos e financeiras.

Agora, a Faixa 1 deve englobar consumidores cora renda de até dois salários mínimos ou que, estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

As dívidas para negociação podem ser bancárias ou não: no entanto, devem chegar ao valor máximo de R$ 5 mil por pessoa.

Roberto Vertamatti, diretor de Economia da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Ane-fac), estima que a nova fase do programa vai beneficiar até 840 mil no Espírito Santo.

"Segundo dados do Serasa, há no Espírito Santo 1,2 milhão de inadimplentes e a dívida média é de R$ 5 mil. Entendo que boa parte destes inadimplentes, cerca de 70%, pode ser beneficiado".

São habilitadas ao programa dívidas contraídas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022.

Ele destaca que, segundo as regras, as dívidas poderão ser quitadas à vista ou por financiamento bancário em até 60 meses, sem entrada, por 1,99% de juros ao mês, com a primeira parcela em 30 dias. "O valor mínimo da parcela será de R$ 50", complementa.

Os credores que participarão da Faixa 1 tiveram até o último dia 12 para se habilitar no programa.

O empresário Cláudio Sipolatti destaca que toda ajuda a quem quer pagar as dívidas e retomar o crédito é muito bem-vinda.

Entretanto, ele entende que para o resultado ser ainda melhor é preciso haver um equilíbrio das finanças familiar, ou seja, para que essas pessoas usem o crédito de forma consciente.

É importante frisar que o não pagamento das parcelas renegociadas leva a uma nova negativação. Portanto, é importante se organizar para pagar era dia.

Lojas apostam em melhora ainda maior nas vendas

A Fecoraércio-ES acredita que a nova fase do Programa Desenrola vai contribuir com a redução do número de endividados e inadimplentes e incremento nas vendas.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada pela Federação com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o r.úmero de endividados seguiu uma tendência de queda neste primeiro semestre de 2023.

"Acreditamos que o programa vai melhorar as condições de compra do brasileiro e, com a queda da taxa de juros, vai fortalecer a previsão de crescimento no varejo, que neste ano deve ficar era 2%", informou a Fecoraércio.

O empresário José Carlos Bergamin diz que os consumidores não estão conseguindo pagar devido aos juros t **inflação**. "O comércio precisa recuperar esses consumidores para garantir o faturamento de fim de ano e o programa terá nossa total adesão".

"Separar parcela para quitar dívida"

"Com o programa Desenrola Brasil, o gavemo consegue favorecer o crédito para aquecer novamente o consumo e impulsionar a economia para, no final das contas, entregar um Produto Interno Bruto (**PIB**) acima do esperado no final do ano.

É uma boa opção para quem está na inadimplência e poderá negociar dívida de até R$ 5 mil. Mas lembrando que não é um perdão da dívida. Esse estímulo tem que ser utilizado como um bote salva-vidas, mas ó preciso ficar atento e buscar a conscientização de consumo.

É preciso separar uma parcela para quitar essa dívida

anterior e fazer um novo planejamento financeiro priorizando principalmente itens básicos para a sobrevivência do dia a dia, como gastos com alimentação, gás. Energia elétrica.

Sem organização financeira, o consumidor pode ter o nome negativado novamente e herdar uma nova divida".

6 Será possível simular antes de contratar o financiamento?

SIM, a plataforma oferecerá a simulação para o cidadão, considerando as informações registradas pelo devedor e as condições estabelecidas pelo programa e pelos agentes financeiros.

Tire as duvidas

1 Quem será beneficiado na nova fase do Desenrola Brasil?

PESSOAS QUE RECEBEM até dois sa-láríos-mínimos (R$ 2.640) ou estejam inscritas no CadÚnico e que tenham dividas que somem até R$ 5 mil, contraídas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022.

2 Quais dívidas serão financiadas?

DÍVIDAS negativadas registradas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa e outros birôs de crédito (empresasque realizam análises de crédito para outras empresas).

SERÁ POSSIVEL NEGOCIAR dívidas bancárias e não bancárias, como as de consumo (contas de água. luz, telefone) e varejo (parcelas atrasadas de lojas, camês), e de escolas particulares que tenham se cadastrado.

3 Que dívidas não poderão ser financiadas?

SÓ NÃO ENTRARÃO no Desenrola Brasil as dívidas com o setor público - **impostos**, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e outras dívidas com garantia real. dívidas de crédito rural, financiamento imobiliário ou operações com funding ou risco de terceiros.

4 Como consultar a lista de dívidas habilitadas?

AINDA SERÁ LANÇADA uma plataforma que mostrará para cada cidadão a lista das suas dívidas que poderão ser negociadas no programa, o desconto ofertado pelo credor e a respectiva situação de cada uma delas.

5 Quais serão as condições oferecidas para pagamento?

AS DlVIDAS renegociadas poderão ser parceladas em até 60 vezes, com parcela mínima de R$ 50 e juros de até 1.99% ao mês. Os devedores poderão optar pelo pagamento à vista ou financiar as dívidas.

EM CASO DE OPÇÃO pela modalidade de financiamento, as parcelas poderão ser pagas por meio de débito em conta-corrente. boleto bancário ou Pix. 0 pagam ento à vista será feito via plataforma e o valor será repassado diretamente ao credor por intermédio da plataforma.

7 Como realizar o cadastro?

OS CIDADÃOS poderão fazer a negociação pela plataforma que será lançada. Mas, para isso, será preciso ter uma conta prata ou ouro na plataforma Gov.br. Já é possível fazer esse cadastro.

PASSO A PASSO

ACESSE www.gov.br: selecione "Entrar com gov.br": digite seu CPF e clique em "Continuar" para criar ou alterar a conta.

AO REALIZAR 0 CADASTRO, o cidadão preenche um formulário.

ALÉM DE CRIAR a conta, os consumidores precisam avançá-la de nível, chegando a classificação Prata ou Ouro.

PARA PASSAR do Bronze ao Prata, os interessados podem fazer bío-metria facial com a CNH, confirmar ser servidor publico federal ou fazer o login pelo banco, caso ele faça parte dos credenciados. São eles: Banco do Bras8, Banri-sul, Bradesco, Banco de Brasília, Caixa Econômica. Sícoob, San-tander. Itaú. Agibank. Sicredi e Mercantil do Brasil.

JÁ A CONTA OURO exige o reconhecimento facial pelo aplicativo para conferência da foto nas bases da Justiça Eleitoral (TSE). A validação também pode ser feita partir do QR Code do RG ou com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil.

COM a conta Gov.br de nível Prata ou Ouro. o devedor conseguirá ter acesso àplataformade renegociação dedívidas. quedeve serdíspo-nibilizada no final deste mês.

"Separar parcela para quitar dívida"

"Com o programa Desenrola Brasil, o gavemo consegue favorecer o crédito para aquecer novamente o consumo e impulsionar a economia para, no final

das contas, entregar um Produto Interno Bruto (**PIB**) acima do esperado no final do ano.

É uma boa opção para quem está na inadimplência e poderá negociar dívida de até R$ 5 mil. Mas lembrando que não é um perdão da dívida. Esse estímulo tem que ser utilizado como um bote salva-vidas, mas ó preciso ficar atento e buscar a conscientização de consumo.

É preciso separar uma parcela para quitar essa dívida anterior e fazer um novo planejamento financeiro priorizando principalmente itens básicos para a sobrevivência do dia a dia, como gastos com alimentação, gás. energia elétrica.

Sem organização financeira, o consumidor pode ter o nome negativado novamente e herdar uma nova divida".

Artigo: Sinal verde para o planeta

Correio Braziliense

RODRIGO ROLLEMBERG

Estou entusiasmado com as oportunidades que vislumbro para o Brasil a partir da necessidade dos países de promoverem uma transição energética para uma economia de baixo carbono. O Brasil tem uma matriz energética limpa e uma matriz elétrica limpíssima, tem abundância de sol, de ventos, de água, de biomassa, de biodiversidade e de minerais estratégicos, condições naturais que nos dão vantagens comparativas enormes.

No cenário local, temos o presidente Lula, que, com sua visão política, assumiu um protagonismo global e trouxe o tema da economia verde para a centralidade do debate. O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin instituiu, entre as missões do projeto de neoindustrialização, a bioeconomia, a descarbonização e a transição energética. A Câmara aprovou a **reforma tributária** que vai simplificar enormemente o sistema tributário brasileiro, reduzindo custos. Por sua vez, os presidentes da Câmara e do Senado já revelaram que vão priorizar a agenda verde ao longo do semestre.

No cenário internacional, a guerra da Ucrânia, a crise de abastecimento de IFAs durante a pandemia, as tensões econômicas entre China e Estados Unidos apontam para a necessidade dos países e empresas descentralizarem os seus investimentos para locais com estabilidade democrática, segurança jurídica, proximidade dos mercados consumidores e acesso a energia limpa e barata permitindo a produção de manufaturas de alto valor agregado e baixa pegada de carbono.

O Brasil já aprovou o aumento gradual da mistura de biodiesel no diesel fóssil e aprovará o aumento da mistura do etanol na gasolina de 27% para 30%. Essa convergência levará o Brasil a aprovar até o final do ano os projetos de lei do mercado de carbono, regulamentação das eólicas offshore, hidrogênio de baixo carbono, diesel verde, combustível sustentável de aviação e a captura e estocagem de carbono. Em oito meses tivemos uma redução de 48% no desmatamento da Amazônia. Até o final do ano, esses números serão muito mais expressivos.

A neoindustrialização a partir da transição energética oferece uma oportunidade única para o Nordeste Brasileiro, por sua matriz energética limpa à base de energias fotovoltaicas, eólicas onshore e offshore para ser um grande produtor de hidrogênio verde atraindo para a região toda uma cadeia de suprimentos e as indústrias intensivas em energias com capacidade para produzir uma enorme variedade de produtos verdes de alto valor agregado gerando renda e empregos qualificados para a população local.

As demais regiões do país se beneficiarão pela diversificação e adensamento das cadeias produtivas de biocombustíveis. A produção de hidrogênio, a partir da reforma do etanol, deverá ter impacto significativo na descarbonização das indústrias e na produção de fertilizantes verdes. A utilização de resíduos da agricultura e da pecuária, do etanol de primeira e segunda gerações, de vários tipos de biomassa utilizando áreas de pastagens degradadas permitirão ao Brasil assumir a liderança também na produção do combustível sustentável de aviação e do e-metanol aproveitando-se dos compromissos de reduções de emissões globais que as empresas de aviação e de transporte marítimo estão submetidas. A Aliança Global para Biocombustíveis, liderada pelo Brasil, Índia e Estados Unidos, ampliará significativamente o mercado de biocombustíveis em todo o mundo. Também destaco a Amazônia, o maior repositório de biodiversidade e novas moléculas do mundo.

A Amazônia brasileira é um mar verde de oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos em setores cuja demanda mundial é cada vez maior. Aliado a tudo isso, temos um país com tradição pacífica, bom relacionamento político com todos os países e com democracia fortalecida. O Brasil é o melhor destino para empresas de todo o mundo que precisam acelerar seus processos de descarbonização com custos mais reduzidos.

As oportunidades estão aí. Todos somos protagonistas e podemos deixar um legado para o planeta. Estamos numa corrida contra as mudanças climáticas. Em um mundo global, é importante que as oportunidades também sejam globalizadas, pois os efeitos perversos das mudanças climáticas afetam a todos os países. O Brasil reúne as condições ideais para investimentos de impacto social, ambiental e econômico. No Brasil, o sinal está verde para os novos tempos e novos investidores. O sinal está verde para o planeta.

RODRIGO ROLLEMBERG - Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/09/5126731-artigo-sinal-verde-para-o-planeta.html

Lula e Biden se encontram hoje para discutir trabalho por aplicativos. Veja como funciona em outros países

O presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente americano Joe Biden se encontram nesta quarta-feira para discutir temas relacionados ao universo do trabalho, incluindo garantias aos trabalhadores de aplicativos.

O tema é um dilema recorrente em diferentes países do mundo. No Brasil, o governo criou um grupo de trabalho para regular o trabalho de entregadores, motoristas e outros profissionais que atuam com a intermediação de plataformas digitais sem carteira assinada.

Segundo especialistas, o precedente internacional sobre como analisar esse novo formato de trabalho comporta desde modelos com garantias de alguns direitos, mas sem considerar esses trabalhadores como empregados das plataformas, até sistemas sem qualquer mecanismo de **seguridade social**.

Paulo Renato Fernandes da Silva, doutor em direito e professor de Relações de Trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que Portugal estabeleceu a "presunção relativa" de existência de vínculo de emprego de trabalhadores plataformizados.

Isso quer dizer que, salvo nos casos em que a plataforma consiga comprovar que o trabalhador tinha autonomia, essas pessoas são consideradas empregadas.

- Mas devem ser observadas algumas condições, como se, por exemplo, a plataforma estabelece horários de trabalho ou mecanismos de punição. Com a mudança, os trabalhadores passaram a ter direito a férias e 13º salário, por exemplo - diz Silva.

A Espanha, por outro lado, tem o estatuto do trabalhador autônomo e independente, mecanismo que cria um modelo de trabalho entre o empregado formal e o autônomo.

O documento traz regras mais gerais e não estabelece, por exemplo, a duração da jornada de trabalho, mas determina que todo trabalhador deve ter um intervalo de 12 horas entre duas jornadas, explica Silva.

Segundo Mozar Carvalho, fundador do escritório Machado de Carvalho Advocacia, o governo espanhol entendeu que as plataformas, através de seus algoritmos e sistemas de avaliação, exercem um controle significativo sobre como, quando e onde os entregadores realizam seu trabalho.

As empresas agora também têm a obrigação de garantir direitos trabalhistas básicos, como salário mínimo, férias pagas, seguros e contribuições para a **seguridade social** (o **INSS** de lá).

Na França , a presença dessas plataformas não apenas transformou a economia local, mas também desencadeou confrontos e protestos, especialmente com setores tradicionais, como taxistas.

Em 2020, a Justiça do país emitiu uma decisão em uma ação individual reconhecendo um motorista da Uber como empregado, baseando-se no argumento de que o motorista não definia suas tarifas e trabalhava sem autonomia na prestação do serviço.

- Apesar da decisão, a questão está longe de ser resolvida - contrapõe Carvalho. - Cada caso é tratado com sua especificidade. Isso significa que, na França, enquanto alguns trabalhadores conseguem o reconhecimento como empregados, outros ainda podem ser tratados como autônomos.

Na Alemanha, um país de sindicatos fortes, a abordagem para trabalhadores de aplicativos é moldada por um sistema jurídico que valoriza os direitos trabalhistas. Diversos casos foram levados aos tribunais e, em grande parte, a análise girou em torno do grau de autonomia que o trabalhador mantém em sua relação com a plataforma.

- Se a plataforma exerce controle significativo sobre o modo como o trabalho é realizado, como definir preços ou penalizar os trabalhadores por não aceitar corridas, isso pode ser interpretado como uma relação de subordinação. Nesse caso, o trabalhador pode ser visto menos como um autônomo e mais como um empregado tradicional - explica Carvalho.

Outro fator considerado nos tribunais é o tempo gasto no aplicativo. Se um motorista ou entregador estiver operando principalmente para uma única plataforma e dedicando muitas horas, isso pode inclinar a balança em favor do reconhecimento de uma relação empregatícia.

Neste caso, os trabalhadores têm direito a salário mínimo, proteção contra demissão injusta, licença remunerada, seguro saúde e contribuições previdenciárias.

Nos Estados Unidos , muitos estados classificam esses trabalhadores como "independent contractors" (ou autônomos). No entanto, a Califórnia aprovou a Assembly Bill 5 (AB5) em 2019, que impõe um teste rigoroso para determinar se alguém é apenas um autônomo.

Caso as empresas não passem no teste, os trabalhadores são classificados como empregados, com direito a salário mínimo, seguro-desemprego e benefícios de saúde.

- Mas empresas de aplicativos lançaram uma campanha massiva na mídia para aprovar a Proposição 22 e se isentar da AB5, mantendo os trabalhadores como independentes, mas oferecendo alguns benefícios, como salário mínimo, mas apenas durante o tempo "ativo" (ou seja, enquanto estivessem buscando ou fazendo entrega/transportando um passageiro), contribuição para um plano de saúde aos motoristas que trabalhassem um mínimo de horas e seguro em caso de acidentes de trabalho - diz Carvalho.

No Brasil, o processo de regulamentação ainda está indefinido. A rodada de reuniões do grupo de trabalho criado pelo governo federal para discutir regras do trabalho intermediado por plataformas terminou na semana passada, sem consenso entre as partes.

As negociações começaram em junho e abordaram desde ganhos mínimos e indenização pelo uso dos veículos até previdência, saúde e transparência algorítmica - para que o trabalhador saiba o que determina seus ganhos. O principal impasse ficou nos valores propostos para remuneração a entregadores e motoristas.

Representantes dos trabalhadores e das empresas tinham até o dia 12 para apresentar uma proposta, mas não houve acordo.

Presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR), Edgar Francisco da Silva afirma que a categoria foi informada que as entidades que representam os aplicativos teriam até esta terça-feira para fazer uma nova proposta, o que foi negado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

- Tivemos uma reunião na semana passada com o MTE, onde foi dito que tudo seria passado para o presidente. Depois nos informaram que as empresas tinham que dar uma nova proposta. Estamos aguardando.

Já o presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Motoristas por Aplicativo (Fenasmapp), Leandro Cruz, afirma que os trabalhadores esperam por uma nova reunião do GT:

- Não tivemos entendimento com as plataformas. A nossa proposta não mudou em nada. O que a gente aguarda é algo melhor do que o que foi apresentado, porque o que eles colocaram na mesa não satisfaz a categoria.

Segundo o MTE, o prazo para definição da proposta termina, na verdade, no dia 30. Até lá, as partes podem fazer novas proposições, estando ainda "em negociação". Os próximos passos dependem de uma decisão do presidente Lula, que pode prorrogar os trabalhos do grupo ou determinar que o governo tome a frente na definição da regulamentação.

A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) - organização que reúne as empresas líderes de mercado, como 99, Amazon, iFood, Uber e Lalamove - informou em nota que "vem apresentando diversos documentos e propostas" desde o início das negociações e que as discussões continuam "para a análise detalhada das propostas e de seus impactos".

Já o Movimento Inovação Digital (MID), que representa Loggi e Rappi, disse que apresentou uma proposta de valores mínimos para as atividades de entrega e transporte individual de pessoas, que não foi plenamente aceita e o "debate deve continuar nas próximas semanas".

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/20/lula-e-biden-se-encontram-hoje-para-discutir-trabalho-por-aplicativos-veja-como-funciona-em-outros-paises.ghtml

Dívida global bate recorde de US$ 307 tri

Richard Miller Bloomberg

A dívida global aumentou em US$ 10 trilhões no primeiro semestre, e voltou a subir como proporção do **PIB** mundial depois de cair por quase dois anos, em meio à escalada da **inflação**, segundo o Instituto de Finanças Internacionais (IIF).

O passivo de governos, empresas e famílias no mundo todo atingiu um valor recorde de US$ 307 trilhões, com um aumento "impressionante" de US$ 100 trilhões ao longo da última década, de acordo com o relatório do organismo que representa as maiores instituições financeiras do mundo. EUA, Japão, Reino Unido e França lideraram o avanço da dívida global.

Como proporção do **PIB** mundial, a dívida subiu para 336%, ante 334% no final do ano passado, e o IIF prevê que atinja 337% até ao final de 2023, em grande parte impulsionada por déficits públicos consideráveis.

Ainda é uma proporção menor do que os 362% atingidos no primeiro trimestre de 2021. Por outro lado, a dívida das famílias como proporção do **PIB** nas economias avançadas caiu para o nível mais baixo em duas décadas no primeiro semestre.

"O aumento repentino da **inflação** foi o principal fator por trás do declínio acentuado da relação dívida- **PIB** mundial nos últimos dois anos", afirmaram o diretor do IIF, Emre Tiftik, e outros pesquisadores.

"Se as pressões inflacionárias persistirem nos mercados maduros, a saúde financeira das famílias, especialmente nos EUA, proporcionaria uma almofada contra novos aumentos de juros." O instituto expressou preocupação com os elevados níveis de dívida pública, especialmente em mercados emergentes, sobretudo em moedas locais.

"Os níveis de dívida pública interna estão em níveis alarmantes em muitos países", afirma o relatório. "O mais preocupante é que a arquitetura financeira global não está adequadamente preparada para gerir os riscos associados às tensões nos mercados de dívida locais."

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187664

OCDE eleva previsão de alta do PIB do Brasil

Assis Moreira

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta agora crescimento de 3,2% da economia brasileira neste ano. É quase o dobro de sua estimativa de junho, mas aponta expansão mais modesta para 2024. Globalmente, o crescimento continuará fraco, mas positivo.

Em relatório interno sobre as perspectivas globais, a organização faz sua segunda maior revisão justamente nas estimativas sobre o **PIB** brasileiro, com uma diferença de 1,5 ponto percentual em relação a estimativa feita há apenas três meses - uma ilustração da citação de que previsões são difíceis, especialmente sobre o futuro.

Em junho, a projeção da OCDE era de crescimento de 1,7% da economia brasileira, o que já representava um salto comparado à estimativa de 1% feita em março. Agora, a maior mudança foi em relação à Rússia, com contração esperada de 1,5% em junho passando para expansão de 0,8%, numa revisão de 2,3 pontos percentuais.

"Entre as economias emergentes do G20, as surpresas de crescimento têm sido, em sua maioria, positivas até agora neste ano, especialmente no Brasil, ajudado por resultados agrícolas favoráveis relacionados ao clima, na Índia e na África do Sul", diz a OCDE.

Jens Arnold, chefe da divisão na OCDE que acompanha a situação brasileira, observa que uma parte do crescimento no Brasil no início deste ano, mais forte do que esperado, é um efeito temporal relacionado ao desempenho muito forte do setor agrícola. "O desempenho no início do ano sempre é muito importante para o crescimento do ano, devido à maneira que o crescimento anual vem calculado nas contas nacionais", diz ele.

A OCDE revisou também para cima a projeção para 2024 para o Brasil , com o crescimento da economia passando de 1,2% em junho para 1,7% agora. "O crescimento forte deste ano é, ao menos parcialmente, devido a fatores temporários, climáticos. Isso implica, de maneira mecânica, um crescimento menor no ano que vem", acrescenta.

Para o economista da OCDE, para voltar a alcançar o mesmo nível de atividade deste ano sem ajuda desses fatores temporários, a economia brasileira vai ter que crescer mais. E isso num cenário em que a economia global vai ter um crescimento mais moderado, reduzindo potencialmente as exportações do Brasil.

"Se a China cresce menos, vai ter menos demanda para os bens que o Brasil exporta no mercado global", diz. "Isso pode reduzir as exportações do Brasil e os preços que pode conseguir para suas exportações lá fora." A vizinha Argentina, outro grande parceiro comercial, poderá sofrer contração de 2% neste ano e de 1,2% no ano que vem, ou seja, ficará mais pobre. A **inflação** argentina é projetada para chegar a 118% neste ano e aumentar para 121% no ano que vem, sempre a maior taxa entre os países do G20.

Na Argentina, a contração da economia continuará no ano que vem.

A projeção para a **inflação** no Brasil é de que a taxa cai de 9,3% no ano passado para 4,9% neste ano e fica abaixo dos 4% no ano que vem.

No curto prazo, Arnold destaca a importância de uma melhora das contas fiscais, no contexto do novo marco fiscal. "Nesse sentido o Brasil tem feito muito progresso e vemos com bons olhos os esforços do governo de reconciliar a prudência fiscal com o investimento, que será importante para o crescimento futuro." Além disso, a avaliação é de que **reforma tributária** "tem muito potencial para melhorar a produtividade no médio prazo".

A expectativa é que tanto o novo marco fiscal como a **reforma tributária** "vão impulsionar a confiança, e isso ajuda para o crescimento mesmo antes de que as reformas sejam implementadas".

A OCDE observa que, após um início de 2023 mais forte do que o esperado, ajudado pelos preços mais baixos da energia e pela reabertura da China, o crescimento global vem desacelerando.

O impacto da política monetária mais rígida está se tornando cada vez mais visível, a confiança das empresas e dos consumidores diminuiu e a recuperação esperada na China se desvaneceu.

A entidade projeta crescimento do **PIB** global sempre abaixo da média, com 3% (ou 0,3 ponto percentual a mais que em junho) em 2023 mas caindo para 2,7% (ou -0,2 ponto percentual) em 2024, afetado pelo aperto da política macroeconômica necessário para controlar a **inflação**.

O crescimento anual do **PIB** nos Estados Unidos pode desacelerar de 2,2% este ano para 1,3% em 2024. Vários especialistas ainda consideram que uma aterrissagem suave para a economia poderá ser difícil.

Na zona do euro, onde a demanda já está moderada, a expansão do **PIB** fica em 0,6% em 2023 e pode subir para 1,1% em 2024, à medida que o impacto adverso da **inflação** elevada sobre a renda real for se dissipando.

O crescimento na China, segunda maior economia do mundo e principal parceiro comercial do Brasil, perdeu força, com o ímpeto inicial da reabertura pós-covid se dissipando e os problemas estruturais no setor imobiliário continuando a pesar sobre a demanda chinesa. Ainda assim, a China crescerá 5,1% (a projeção era de 5,4% antes) em 2023 e 4,6% em 2024.

"Se a China cresce menos, vai ter menos demanda para os bens que o Brasil exporta" Jens Arnold

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187664

"Prévia" do PIB registra variação de 0,44% em julho

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCBr), considerado uma espécie de prévia do **PIB** oficial, registrou alta de 0,44% em julho, na comparação com o mês anterior.

O crescimento foi mais forte do que o esperado pelo mercado - a mediana das estimativas era de aumento de 0,35%. Em 12 meses até julho, o IBC-Br mostra avanço de 3,12%. Já no acumulado de 2023, o resultado é de 3,21%.

Ainda assim, o mercado manteve a previsão de desaceleração do **PIB** neste terceiro trimestre.

"Continuamos vendo sinais de desaceleração para a atividade ampla à frente, especialmente para segmentos mais cíclicos, devido a condições financeiras altamente restritivas", diz o Santander, que prevê queda de 0,3%, no trimestre, e alta de 2,5% no ano.

Já a gestora G5 Partners afirma que os números disponíveis até agora mostram desaceleração em linha com o esperado no período - puxada pela "contribuição negativa esperada para a agropecuária".

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Previsão oficial de crescimento do PIB para 3,2%

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda elevou de 2,5% para 3,2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos). A estimativa para a **inflação** diminuiu. As previsões estão no Boletim Macro-fiscal divulgado na segunda-feira (18). Segundo o Ministério da Fazenda, a revisão no crescimento foi motivada pelo crescimento de 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país) no segundo trimestre, pelo aumento da safra, pela expectativa de resultados positivos no terceiro trimestre e pela eventual recuperação da economia chinesa no quarto trimestre.As projeções de crescimento para este ano melhoraram para todos os setores. Para o setor agropecuário, a projeção passou de 13,2% para 14%. Para a indústria, a estimativa avançou de 0,8% para 1,5%, enquanto a projeção para os serviços passou de 1,7% para 2,5%. A estimativa de crescime

Relator quer "espacinho" para reajustar servidor

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Relator do Orçamento de 2024 (o primeiro sob as regras do novo arcabouço fiscal), o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) afirma que tentará encontrar "um espacinho" para o reajuste de servidores nas contas do governo no ano que vem. "O governo faz um projeto de lei de valorização do salário mínimo, que vai reajustar os aposentados e todo mundo, e se esquece do servidor?", questionou Motta, em entrevista ao Estadão.

"Lógico que temos de pensar no que é possível, mas o governo ficou muitos anos sem dar reajuste. Nós vamos tentar achar um espacinho para que eles tenham reajuste." O parlamentar fez a afirmação após a ministra Esther Dweck, da Gestão, dizer ao Estadão que o governo pretende usar parte do crédito a ser aberto em maio do ano que vem, estimado em R$ 15 bilhões, para aumentos e reestruturações de carreiras.

A fala de Motta indica que o debate vai esquentar durante a negociação política do Orçamento de 2024, que ainda nem começou no Congresso.

Motta disse estar preocupado com o atraso do início das discussões sobre a proposta orçamentária no Congresso. Ele afirmou que nem os parlamentares que vão chefiar os grupos setoriais foram destacados pelos líderes partidários, nem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que dá as regras para a confecção da peça, avançou.

Uma reunião prevista para ontem para aprovar as regras de tramitação da LDO acabou cancelada em cima da hora.

"Queremos fazer um negócio bem-feitinho. Como é o primeiro Orçamento depois do arcabouço, queremos fazer com bastante responsabilidade e entendimento.

A gente quer que dê tempo até dezembro, mas não vamos fazer nada correndo." "Já aconteceu em outros anos de não aprovar (o Orçamento) até dezembro. Logicamente, o prejuízo é para todo mundo; a gente não quer isso.

Mas é uma realidade que a gente tem de encarar." DISPUTA. A demora ocorre, em parte, porque os partidos ainda não se entenderam sobre como se dividir entre as áreas temáticas do Orçamento. Como foram formados grandes blocos partidários no início da legislatura, todas as siglas ficaram com peso nessa disputa, e os líderes ainda não alcançaram consenso sobre quem ocupará as vagas. A concorrência é acirrada porque são os relatores setoriais que definem quanto será destinado para cada ministério.

Por deter a maior verba, a Saúde é a área mais cobiçada na Comissão Mista de Orçamento.

Além dos líderes partidários, Motta afirma que "o governo tem de trabalhar", ou seja, pressionar para que os debates comecem.

A equipe econômica, no entanto, tem sinalizado que não tem pressa na tramitação, sugerindo que aguarda mudanças que podem jogar a seu favor, como a queda dos juros e a alta da **inflação** anual - o que permitiria a abertura de mais espaço para despesas em 2024. Parlamentares petistas chegam a dizer, nos bastidores, que "qualquer 1% de diferença" nessas variáveis pode ajudar.

O deputado considera que a meta é crível. "Eu acho a meta viável, desde que se aprovem as medidas de que eles estão falando, de arrecadação." Embora seja membro do partido de Jair Bolsonaro, o relator do Orçamento de 2024 se declara da "ala moderada" do PL.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Relator da LDO: meta fiscal ainda pode ser mudada

VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União-CE), afirmou ontem que a alteração da meta fiscal no Orçamento não está descartada, nem por ele, nem pelo governo. Forte disse que o adiamento na apresentação do relatório ocorre diante das dúvidas sobre o equilíbrio nas contas públicas. O parlamentar defendeu também corte de despesas, após a queda da arrecadação por meses seguidos.

- Da minha parte, não (está descartada a alteração da meta). E acho que não também da parte do governo.

Tanto é que eles pediram para a gente retardar a votação da LDO - afirmou Forte ao ser perguntado por jornalistas se a mudança estava ou não descartada.

A previsão é que o relatório da LDO seja votado apenas em novembro, pouco antes da apresentação do relatório da Lei Orçamentária Anual (LOA). Forte disse que o governo pediu o adiamento para aguardar os efeitos do arcabouço fiscal e o resultado das medidas de arrecadação já aprovadas no Congresso: - A própria ministra do Planejamento (Simone Tebet) pediu para a gente retardar a votação da LDO. Inicialmente, era para ter votado em julho, houve um atraso. Inclusive para que a gente esperasse um pouco do reflexo do arcabouço (fiscal) na economia.

REFORMA ADMINISTRATIVA Segundo o Valor, a declaração de Forte irritou a equipe econômica, que descarta mudar a meta de zerar o déficit no próximo ano.

Forte havia classificado como "muito difícil" a meta do governo de zerar o rombo nas contas públicas em 2024, com a arrecadação caindo.

O parlamentar esteve em uma reunião com secretários do Ministério da Fazenda ontem pela manhã. O encontro não estava previsto na agenda oficial.

Em conversa com jornalistas, ele disse que o governo estaria comprometido com uma reforma administrativa: - É difícil compatibilizar tanta despesa, inclusive as criadas recentemente, à pressão dos entes federados sobre o Orçamento nacional, e, ao mesmo tempo, uma diminuição das receitas em função do momento econômico que estamos vivendo. Tem queda de arrecadação mês após mês. Teve em julho e agora em agosto de R$ 25 bilhões. Não é pouco dinheiro.

Em julho, a arrecadação do governo federal foi de R$ 201,8 bilhões. Houve recuo real - descontada a **inflação** -de 4,2% em relação ao mês de julho de 2022, quando ficara em R$ 210,7 bilhões.

O número de agosto ainda não foi divulgado, mas o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima déficit primário (antes do pagamento dos juros da dívida) de R$ 25,7 bilhões em agosto: -Para você equalizar essas diferenças (aumento de gastos e queda de arrecadação), tem que avançar na diminuição das despesas. Foi importante ouvirmos hoje (ontem) que o governo está estudando uma reforma administrativa para dar mais eficiência ao Poder Público e diminuir despesas.

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com

Selic vai cair a 12,75%? Mercado aposta em novo corte de 0,5 ponto hoje

Anaís MottaDo UOL, em São Paulo20/09/2023 04h00Atualizada em20/09/2023 04h00

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central se reúne nesta quarta-feira (20) para discutir a taxa básica de juros, hoje em 13,25% ao ano. O mercado aposta que o BC deve manter o ritmo atual e anunciar um novo corte de 0,5 ponto percentual, levando a Selic a 12,75% - o menor patamar desde maio de 2022 (11,75%).

Inflação dá sinais positivos, mas futuro ainda preocupa. Embora o IPCA tenha surpreendido no último mês , a expectativa do mercado é de que a **inflação** termine o ano em 4,86%, segundo o último Boletim Focus. O índice está acima da meta para 2023, que é de 3,25% (com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo).

Há dúvidas se o governo vai conseguir cumprir a meta de déficit zero em 2024. Especialistas veem o andamento do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** como ponto favorável ao corte nos juros, mas ainda questionam a capacidade do governo de diminuir os gastos e aumentar a arrecadação. Segundo Thaís Zara, economista sênior da LCA Consultores, as despesas previstas para 2024 estão "subestimadas" .

Alta do petróleo no exterior pressiona combustíveis no Brasil. Os recentes dados econômicos da China e as expectativas de restrição da oferta global de petróleo fizeram o preço do barril disparar no mercado internacional . Essa alta pode levar a um aumento dos combustíveis no Brasil, o que impactaria a **inflação** nos próximos meses. Isso também desencoraja cortes mais agressivos nos juros, segundo analistas.

Rafael Cardoso, economista-chefe da Daycoval Asset

Thaís Zara, economista sênior da LCA Consultores

Bruna Centeno, sócia e economista da Blue3 Investimentos

Em agosto, BC sinalizou perspectiva de novo corte de 0,5 ponto. Na última reunião, quando anunciou a redução da Selic para 13,25% ao ano, o Copom antecipou que os próximos reajustes devem vir "na mesma magnitude". "A decisão desta quarta já está precificada pelo mercado", diz Ana Paula Carvalho, sócia da AVG Capital.

Melhora no quadro inflacionário motivou início do corte nos juros. A desaceleração dos preços, segundo o Copom, permitiu "acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária". O BC também citou a possível desaceleração da economia nos próximos trimestres.

Decisão deve ser unânime, diferentemente da última reunião. Em agosto, a decisão pelo primeiro corte de 0,5 ponto nos juros venceu por um placar apertado, com cinco votos favoráveis - incluindo o de Roberto Campos Neto, presidente do BC - e quatro contrários. Desta vez, a nova redução deve ser unânime, segundo projeta a XP.

Selic deve encerrar 2023 em 11,75%, segundo projeções. O mercado discute agora as chances de o BC acelerar a redução dos juros nas próximas reuniões e quando será o fim do ciclo de cortes, que tende a coincidir com o chamado juro neutro. É o patamar em que a economia cresce com seu maior potencial, com a **inflação** sob controle.

Copom, em **comunicado** divulgado em 2 de agosto

Ana Paula Carvalho, sócia da AVG Capital

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter

Juros menores barateiam o crédito, favorecendo o consumo. Um corte na Selic, ainda que pequeno, tem reflexo nas taxas cobradas por bancos e lojas , o que ajuda a impulsionar o consumo das famílias. Esse efeito não é imediato, e os impactos mais relevantes serão sentidos pela população ao longo do tempo.

Com mais crédito, famílias têm alívio no orçamento. A Selic é chamada de taxa "básica" justamente porque serve como referência para outros juros do mercado, como os cobrados em empréstimos e financiamentos. Ou seja: quem vai financiar um carro ou um imóvel, por exemplo, pode ter um "respiro".

Corte nos juros pode estimular a geração de empregos. Quando os juros estão altos, o custo de operação de uma empresa também é maior, o que desestimula investimentos e contratações. À medida

que a Selic cai, empresários ficam mais dispostos a tomar riscos para crescer e, consequentemente, gerar empregos.

A longo prazo, juros menores diminuem gastos do governo com a dívida pública. Segundo indicadores do próprio Banco Central, cada 1% da Selic representa um acréscimo de quase R$ 36 bilhões para a dívida pública do Brasil.

Investimentos de risco, como ações, tendem a ser mais buscados. No longo prazo, a contínua redução dos juros torna menos atrativos os investimentos em renda fixa , como títulos do Tesouro, CDB e LCI. Isso pode gerar uma migração para ativos mais arriscados, como ações e renda variável .

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/20/mercado-aposta-em-novo-corte-de-05-ponto-nos-juros-para-1275-por-que.htm

Mercado espera corte da Selic para 12,75%

Rosana Hessel

O Banco Central (BC) deve anunciar hoje, segundo dia da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), mais uma redução de 0,50 ponto percentual da taxa básica de juros (Selic), que passará dede 13,25% para 12,75% ao ano. A expectativa de analistas do mercado financeiro é que o colegiado mantenha o ritmo de corte iniciado na última reunião.

Segundo os especialistas, a decisão do comitê, que ganhou dois novos integrantes no mês passado, deve ser consensual desta vez.

Em agosto, o grupo se dividiu a respeito do tamanho do corte da Selic - de 0,25 ponto ou de 0,50 ponto -, e presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi o voto de minerva em favor do percentual mais elevado.

A grande dúvida entre os analistas, agora, é sobre a intensidade do ritmo de queda dos juros nas futuras reuniões, especialmente a partir de dezembro, quando o Copom terá mais dois novos diretores indicados pelo atual governo.

"O grande ponto da decisão de amanhã (hoje) vai ficar concentrado no **comunicado**. É saber se o BC vai reintroduzir no texto a preocupação com a questão fiscal no balanço de riscos, o que poderá dar um tom mais hawkish (menos tolerante com a **inflação**) ao próximo Copom", afirmou o economista Julio Cesar Barros, da Daycoval Asset.

Ele lembrou que, apesar da aprovação do novo arcabouço fiscal, ainda há muita incerteza em relação ao equilíbrio das contas públicas prometido pelo governo para 2024. "Muitas dúvidas continuam no ar. Vamos ver se o Banco Central vai esperar ou já sinalizar essa preocupação no **comunicado** do Copom", disse.

Roberto Padovani, economista- chefe do Banco BV, não prevê surpresas "tanto na decisão quanto na comunicação do Copom". Contudo, diz que a autoridade monetária precisa manter os alertas sobre os riscos inflacionários do mercado de trabalho, que continua aquecido, e da expansão fiscal promovida pelo governo, que tem ajudado nos resultados mais positivos do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Além disso, entrou no radar o risco de novos reajustes na gasolina devido ao aumento da defasagem dos preços do petróleo entre os mercados interno e externo.

"O debate entre economistas é sobre o ritmo desse processo, que talvez aumente muito a barra para mudar o ritmo (do ajuste dos juros) agora, como o (presidente do BC) Campos Neto disse", explicou.

Na avaliação de Padovani, outra preocupação crescente no mercado financeiro é sobre o compromisso do BC em manter a **inflação** no centro da meta a longo prazo, devido à trocas de diretores. São fatores, disse, que "retardam a convergência da **inflação** para o centro da meta".

Centro da meta

"O Banco Central tem que fazer um processo de afrouxamento da política monetária cauteloso, porque ainda há muitas dúvidas, não tanto com relação à desinflação, que praticamente já aconteceu, mas com a capacidade de se alcançar o centro da meta. Acho que a discussão agora é mais olhar o centro da meta do que a desinflação", salientou.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, aposta em cortes de 0,50 ponto percentual na Selic até julho do ano que vem, mas isso dependerá dos dois novos diretores que entrarão no BC em dezembro. "A **inflação** de 2024 está bem ancorada ainda, mas é possível um cenário um pouco mais turbulento no ano que vem.

Com os novos diretores, vamos ter mais clareza sobre os próximos movimentos do BC", observou.

Julio Hegedus, economistachefe da Mirae Asset, também acredita que o BC seguirá a estratégia cautelosa de cortes de 0,50 ponto percentual até fechar o ano em 11,75%. Creio que a estratégia deve se manter em cortes seguidos de 0,50 ponto, até porque o país possui peculiaridades, uma cultura de **inflação** elevada e juro real acima de 4%. Assim, o Banco Central deve manter uma postura reunião a reunião, sem perder a guarda sobre o cenário inflacionário, o ambiente político e os riscos fiscais", afirmou.

"O grande ponto da decisão é saber se o BC vai reintroduzir no texto a preocupação com a questão fiscal no balanço de riscos, o que poderá dar um tom mais hawkish (menos tolerante com a **inflação**) ao próximo Copom" Julio Cesar Barros, economista da Daycoval Asset

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/20/all.pdf

Copom deve baixar a Selic para 12,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) conclui hoje, em Brasília, a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. Por causa da forte queda da **inflação** nos últimos meses, o órgão deve reduzir a Selic, atualmente em 13,25% ao ano, para 12,75% ao ano. Esse será o segundo corte desde agosto, quando a autoridade monetária interrompeu o ciclo de aperto monetário. No **comunicado** da última reunião, no início de agosto, o Copom informou que os diretores do BC e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tinham previsto, por unanimidade, cortes de 0,5 ponto percentual nos próximos encontros.

Segundo a edição mais recente do Boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica realmente cairá 0,5 ponto percentual, embora algumas instituições projetem corte de até 0,75 ponto. A expectativa do mercado financeiro é que a Selic encerre o ano em 11,75% ao ano. Hoje, ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Na ata da última reunião, o órgão também informou que a evolução do cenário econômico e a forte queda da **inflação** permitiram "acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária". Após uma série de comunicados duros no início do ano, em que não descartava a possibilidade de elevar a Selic, o Copom mudou de tom por causa do comportamento dos preços. Apesar do recuo da **inflação**, o Copom informou que alguns preços ainda estão subindo ou caindo menos que o previsto. De acordo com o órgão, a autoridade monetária reduzirá os juros de forma conservadora.

O Copom deve reduzir a taxa Selic em 0,5 ponto porcentual hoje, segundo o Goldman Sachs. Para o banco americano, o colegiado deve sinalizar que manterá esse ritmo de cortes ao menos na reunião seguinte, em 1° de novembro. "Esperamos que o Copom mantenha uma barra relativamente alta para acelerar o ritmo de cortes no curtíssimo prazo", afirma o diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Crescimento

Considerado a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,44% em julho em relação com junho, na comparação com ajuste sazonal. O resultado ficou acima da mediana das projeções dos economistas, que esperavam uma alta de 0,35%. Em comparação com julho de 2022, a atividade econômica recuou 0,97%. A prévia do **PIB** avançou 3,21% no acumulado do ano e 3,12% em 12 meses.

O IBC-Br subiu pelo 2° mês seguido. Em junho, avançou 0,22%. O Ministério da Fazenda divulgou na 2- feira (18.set.2023) que o **PIB** do Brasil crescerá 3,2% em 2023 e 2,3% em 2024. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, avalia que a flexibilização da política monetária, com a queda da taxa básica, a Selic, deverá melhorar o desempenho da atividade econômica.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/09/2023/p1

Atividade econômica tem alta de 0,44% em julho

A atividade econômica brasileira teve elevação em julho deste ano, de acordo com informações divulgadas pelo Banco Central. O índice de Atividade Econômica do Banco Central teve alta de 0,44% em julho em relação ao mês anterior, de acordo com dados des-sazonalizados (ajustados para o período). Em julho, o IBC--Br atingiu 150,94 pontos. Na comparação com o mesmo mês de 2022, houve crescimento de 0,66% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, 0 indicador também ficou positivo em 3,12%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia - indústria, comércio e serviços e agropecuária -, além do volume de **impostos**. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de **inflação**. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da **inflação**, mas também podem dificultar a expansão da economia. Diante da forte queda da **inflação**, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, iniciou, no mês passado, um ciclo de redução da Selic, o que deve estimular a atividade produtiva.

IBC-Br avança 0,44% em julho

São Paulo - A atividade econômica do Brasil avançou mais do que o esperado em julho e iniciou o terceiro trimestre com ganho de força na comparação mensal e indicando resiliência, mostraram ontem dados do Banco Central. O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) subiu 0,44% em julho na comparação com o mês anterior, segundo dado dessazonalizado do indicador, que é um sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O resultado mostrou aceleração em relação a junho, porém, o dado desse mês foi revisado com força pelo BC para baixo para um crescimento de 0,22%, de uma alta de 0,63% informada antes.

A leitura de julho ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters de um avanço de 0,3% e marca o segundo mês seguido no azul.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 0,66%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 3,12%, de acordo com números observados.

"O IBC-Br segue compatível com a leitura de uma atividade econômica que se manteve resiliente no primeiro mês do terceiro trimestre, a despeito do nível de aperto monetário e da dissipação dos efeitos da supersafra desse ano", avaliou João Savignon, chefe de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital.

O IBGE informou no início do mês que o **PIB** do Brasil cresceu 0,9% no segundo trimestre na comparação com os três meses anteriores, em um resultado bem melhor do que o esperado, mas que ainda registrou forte desaceleração ante o ritmo do começo do ano.

O resultado também não evita a perspectiva de arrefecimento no segundo semestre, com analistas destacando os efeitos sobre a economia da política monetária ainda restritiva, embora o BC tenha reduzido a taxa básica de juros Selic de 13,75% para 13,25%.

O BC volta a se reunir amanhã para deliberar sobre a política monetária, com expectativa de novo corte de 0,5 ponto percentual na taxa de juros.

"Apesar da recente supresa positiva no **PIB** do segundo trimestre, continuamos a ver sinais de desaceleração para a atividade à frente, especialmente para segmentos mais cíclicos, devido às condições financeiras altamente restritivas", destacou em nota Gabriel Couto, do Santander Brasil, que espera contribuição negativa do setor agrícola no segundo semestre.

Destaque - Em julho, os destaques positivos foram o desempenho das vendas no varejo e de serviços. As vendas varejistas aumentaram no mês 0,7%, um resultado melhor do que o esperado, enquanto o volume de serviços cresceu pelo terceiro mês seguido.

O contraponto foi a indústria, cuja produção contraiu 0,6% em julho, mais do que o esperado.

A mais recente pesquisa Focus realizada pelo BC e divulgada anteontem mostra que o mercado vem melhorando suas projeções para a expansão do **PIB** este ano, estimada agora em 2,89%. Para 2024 a expectativa é de crescimento de 1,50%.

Também na véspera, o Ministério da Fazenda melhorou a projeção oficial para o desempenho da atividade econômica neste ano, passando a prever um crescimento de 3,2%, contra previsão de 2,5% feita em julho.

O IBC-Br é construído com base em proxies representativas dos índices de volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além do índice de volume dos **impostos** sobre a produção. (Reuters)

Site: https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/

Shein vai pagar ICMS de quem fizer compra de até R$ 243

A Shein anunciou que irá pagar para os clientes a alíquota de 17% do ICMS que recai sobre as compras importadas de até USS 50 (cerca de RS 250). A novidade está em vigor no site da plataforma, que também já está funcionando dentro dos requisitos do Remessa Conforme. Com as mudanças impostas pelo programa, os consumidores poderão visualizar os valores do produto e do ICMS subsidiado pela empresa antes de fazer o pagamento.

Na última quinta-feira, a varejista de moda da China foi autorizada pelo governo Lula (PT) a entrar no programa Remessa Conforme. O programa retira a cobrança do imposto de importação para mercadorias abaixo de USS 50, sendo cobrado apenas o ICMS das empresas participantes do Remessa Conforme. Compras acima dessa faixa seguem sendo tributadas com o imposto federal, de 60%, além do tributo estadual, de 17%.

Com a medida anunciada pela empresa, consumidores da Shein não pagarão **impostos** ao comprar produtos abaixo de USS 50. A companhia não informou até quando o subsídio irá durar.

"A Shein realizou adequações na plataforma, tanto no aplicativo, quanto no site. Para os consumidores que realizam compras pelo site, as mudanças acontecem automaticamente. Para aqueles que preferem utilizar o app, é recomendável a atualização do app", afirmou a companhia em nota. A plataforma disse que a versão atualizada dos aplicativos para dispositivos Android e iOS estará disponível ao longo do dia (Da Folhapress).

O que é o programa

O Remessa Conforme é um programa do governo federal que visa dar mais agilidade às transações de comércio exterior, garantindo o cumprimento da legislação **aduaneira**. Com isso, a expectativa do governo e da **Receita Federal** é que as compras feitas pelos brasileiros sejam analisadas e liberadas mais rapidamente.

Até o momento, três empresas fazem parte do programa: Siner-log, AliExpress (do grupo Alibaba) e Shein. Shopee, Mercado Livre e Amazon pediram para participar do Remessa na última semana.

Para serem certificadas pelo programa, as empresas deverão atender às regras definidas pelo governo. Quem não aderir não sofrerá restrições em sua atuação. A adesão é voluntária e não se limita às varejistas virtuais. Companhias brasileiras que importam produtos também podem se ins crever. A certificação no programa durará três anos e precisará ser renovada após esse período.

Para aderirem ao Remessa, as plataformas precisarão ter contrato com os Correios ou empresas de entrega, manter política de admissão e de monitoramento dos vendedores cadastrados na empresa e se comprometer com a conformidade tributária e o combate ao contrabando.

Antes do Remessa Conforme, algumas empresas de comércio virtual driblavam a lei para conseguir a isenção de USS 50 nas compras online, benefício existente apenas para transações entre pessoas físicas. Segundo especialistas consultados pela reportagem, algumas plataformas enviavam produtos por meio de pessoas físicas para se beneficiarem dessa isenção. Esse mecanismo barateava as mercadorias (Da Folhapress).

Magalu, Casas Bahia e Americanas: cuidado com o risco de endividamento

Research Pagbank20/09/2023 04h00

Neste ano, o varejo brasileiro está com mais força do que o esperado. No entanto, a perspectiva para frente é que o cenário pese sobre o setor, com crédito apertado e economia fraca no Brasil com juros altos, mesmo que com perspectiva de redução.

As vendas do comércio varejista ficaram estáveis em junho na comparação com maio de 2023. No primeiro semestre, porém, o setor cresceu 1,3%, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada no início do mês de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, ainda há muitos desafios pela frente, principalmente para o chamado consumo cíclico, que está relacionado a produtos classificados como não essenciais.

Além do cenário desafiador, muitas empresas estão enfrentando grandes desafios em seus negócios. O alerta para os riscos de alavancagem financeira excessiva, que atingiu várias empresas do setor, continua pesando sobre as empresas.

Grandes varejistas nacionais, como Lojas Americanas, TokEStok, Riachuelo e Marisa, vem enfrentando dificuldades para honrar seus pagamentos aos fornecedores e manter seu capital de giro. Elas estão evantando preocupações sobre a saúde financeira e a competitividade. Muitas empresas ainda enfrentam problemas advindos da pandemia do covid-19 em 2020.

Vale destacar que a necessidade de um equilíbrio financeiro é essencial . As empresas necessitam de recursos para montar seus estoques, principalmente no segundo semestre, período no qual temos as vendas da Black Friday e do Natal.

Final de ano pode ser melhor para as vendas. Mesmo ainda enfrentando taxas de juros altas, a sazonalidade do período, com a entrada da Black Friday e das vendas de Natal, deve impulsionar o comércio nesse final de ano, já que mais de 40% do total das vendas do setor ocorre nesse período. Nesse sentido, esperamos números mais positivos para as companhias do setor de varejo no segundo semestre, principalmente para aquelas que tenham suas operações diversificadas em comércio físico e eletrônicos, além do varejo de consumo essencial, como é o caso das varejistas alimentícias.

Mas ainda há desafios. A forte concorrência e a pressão sobre a renda disponível dos consumidores, especialmente para a classe média baixa, historicamente base de clientes da Via e do Magazine Luiza, além dos efeitos negativos ligados à tributação, devem continuar pesando nos números das empresas.

Vale lembrar que houve a volta do Difal, o diferencial de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Isso fez com que as mercadorias vendidas passassem a ser tributadas tanto na origem quanto no destino e, assim, aumentou o imposto pago pelas empresas de e-commerce. Essa mudança veio com a **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados no primeiro semestre, que visou a simplificação do sistema tributário brasileiro.

Outro problema para o varejo, desta vez afetando mais o varejo de vestuário, foi o novo modelo de importação de remessas postais, implementado desde 1º de agosto. As empresas podem pedir isenção da tarifa de importação de 60% para produtos importados de até US$ 50. Para isso, precisam aderir ao plano de remessa, após fornecer várias informações à **Receita Federal**. Este regime, que deve beneficiar plataformas estrangeiras, segundo visão das varejistas locais, vem causando protestos, principalmente em um ano em que as vendas das empresas têm sido bem fracas, por conta da queda da receita e dos altos estoques.

Magazine Luiza (MGLU3) apresentou números fracos neste primeiro semestre. Teve um prejuízo líquido de R$ 693 milhões no segundo semestre, 133,9% a mais que as perdas líquidas do ano anterior, que somaram R$ 296 milhões.

A sua receita líquida foi de R$ 17,6 bilhões ao final do segundo semestre de 2023, um aumento de 1,8% se comparado ao mesmo período de 2022. A Magalu encerrou o trimestre com uma posição de caixa total de R$ 8 bilhões, cerca de R$ 1 bilhão maior que em março deste ano, em função da geração de caixa operacional de R$ 847 milhões no trimestre, reflexo principalmente da evolução do capital de giro e do montante recebido de R$ 850 milhões com a renovação do contrato de exclusividade com a BNP Paribas Cardif Brasil.

A Casas Bahia (BHIA3), antiga Via (VIIA3), teve prejuízo líquido de R$ 492 milhões no segundo trimestre do ano, ante lucro de de R$ 6 milhões no mesmo período de 2022 . Segundo a companhia, os ajustes não recorrentes relacionados à atualização dos processos trabalhistas continuam contribuindo para o prejuízo do período.

A sua receita líquida, diferentemente do desempenho da Magalu, apresentou queda de 2,1% sobre um ano antes, estando em R$ 7,48 bilhões. A Via atingiu no segundo trimestre uma posição de caixa, incluindo recebíveis, de R$ 2,8 bilhões. No período, houve consumo no capital de giro de R$ 169 milhões e gastos com demandas judiciais trabalhistas de R$ 341 milhões. De R$ 3,6 bilhões da dívida, a companhia possui R$ 2,4 bilhões (66%) com vencimentos no longo prazo.

Já em relação a Americanas (AMER3), o escândalo do rombo bilionário, divulgado no começo do ano, vem afetando as ações da empresa. Além disso, a não divulgação dos balanços corporativos demonstra as incertezas quanto aos seus números. A Americanas já teve 43 lojas fechadas, ou seja, uma redução de cerca de 2,3% do total de suas lojas. Já no final de maio, a Americanas reunia 1.842 lojas no total. O número de funcionários também enfrentou grande queda. Foram reduzidos cerca de 8,5% (3.455) nos últimos meses, indo de 40.426 em março para 36.971 em junho deste ano.

Quanto à dívida, em maio de 2023, o último relatório divulgado pela empresa mostrou uma dívida de R$ 20,6 bilhões. Esse número não inclui o endividamento bancário que é relativo às operações de risco sacado, que estão por volta de R$ 40 bilhões (mas esse valor ainda é incerto, podendo ser elevado). A companhia também apresentou queda no valor de caixa disponível, que no final de maio fechou em R$ 1,2 bilhão, cifra que é cerca de 38% menor do que o saldo inicial registrado no início de junho de 2022.

Conforme comentado acima, a empresa que mais está alavancada é a Via, seguida pela Americanas. No entanto, vale destacar que os números da Americanas estão defasados, já que a empresa não apresentou seus números do segundo trimestre de 2023. Além disso, ainda não estavam embutidos na dívida os valores quanto aos problemas do risco sacado.

Abaixo apresento a situação de dívida líquida sobre Ebtida das três empresas. Vale ressaltar que a dívida líquida/Ebitda é uma métrica importante porque ajuda a avaliar a capacidade de uma empresa de pagar suas dívidas. Quanto menor o valor da dívida líquida/Ebitda, melhor a situação financeira da empresa, pois indica que ela possui uma boa capacidade de gerar lucros para pagar suas dívidas.

Div. Líq/ Ebitda

AMER3: 4,9x

MGLU3: 4,7x

BHIA3: 7,0x

Fonte: Site de RI - MGLU3(2T23), Casas Bahia (BHIA3) (2T23) e AMER3(1T23) / Elaboração: PagBank

Claramente conseguimos verificar que a Via é a empresa que mais está mostrando uma situação financeira complicada. No entanto, mesmo estando em segundo lugar, a Americanas poderá despontar em primeiro lugar quando tiver seus números divulgados.

Vale destacar que um caixa robusto é essencial para operações de varejo que demandam alto investimento em capital de giro. Diante de crises econômicas, é importante uma empresa ter um caixa confortável, para enfrentar as adversidades do período. Além disso, o setor de varejo é bastante concorrencial e, para ganhar espaço no mercado, é essencial realizar investimentos em expansão em lojas próprias ou aquisições de lojas de terceiros.

Olhando para o desempenho das empresas na Bolsa nos últimos trimestres, todas, sem exceção, vêm apresentando desvalorização, conforme apresentado na tabela abaixo. Com as perspectivas do mercado para a continuidade dos fracos desempenhos para o próximo trimestre, tendendo a melhorar no último trimestre do mês, devemos seguir vendo no curto prazo um desempenho das ações abaixo do mercado. Veja a variação em um mês, três meses, seis meses, desde o começo do ano e nos últimos 12 meses.

TICKER / 1M / 3M / 6M / ANO / 1 ANO

AMER3: -11,3% / -19,0% / -10,5% / -90,2% / -94,6%

MGLU3: -11,5% / -35,6% / -25,0% / -7,0% / -46,6%

BHIA3: -36,2% / -54,0% / -35,2% / -50,8% / -65,5%

Fonte: Bloomberg - Variação do preço da ação / Elaboração: PagBank

Verificamos que o cenário macroeconômico ainda apresenta muitos desafios, principalmente para o chamado consumo cíclico, que está relacionado a produtos classificados como não essenciais.

Além do cenário desafiador, muitas empresas estão enfrentando grandes desafios em seus negócios. O alerta para os riscos de alavancagem financeira excessiva, que atingiu várias empresas do setor, continua pesando sobre elas.

A sazonalidade do período, com a entrada da Black Friday e das vendas de Natal, deve impulsionar o comércio neste final de ano , já que mais de 40% do total das vendas do setor ocorre nesse período. Nesse sentido, esperamos números mais positivos para as companhias do setor de varejo no quarto trimestre, principalmente para aquelas que têm suas operações diversificadas em comércio físico e eletrônico, além do varejo de consumo essencial, como é o caso das varejistas alimentícias.

No entanto, a taxa de juros, mesmo com perspectiva de queda, continua em patamares elevados e poderá continuar corroendo o poder de compra dos consumidores, consequentemente, levando a um menor consumo. Além disso, a forte concorrência deverá continuar pressionando as margens das empresas.

Desta forma, continuamos reticentes em relação ao setor de varejo no curto prazo. Portanto, nossa recomendação é apenas de manutenção para o setor.

Site:
http://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2023/09/20/resultados-empresas-de-varejo-ibovespa.htm

MEIs devedores podem ser excluídos do Simples Nacional e ter CNPJ inapto; veja como regularizar

Por Rayane Moura, g1

Os Microempreendedores Individuais (MEI) que estão devendo à **Receita Federal** e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderão ser excluídos do Simples Nacional.

Os empreendedores que deixaram de apresentar Declaração Anual Simplificada do MEI por um período superior a 90 dias poderão ter o CNPJ inapto.

Isso significa que as empresas não poderão emitir notas fiscais ou licenças, além de ter alvarás cancelados.

Além disso, as dívidas passam para o nome do microempreendedor, que é o responsável pelo CNPJ. Ou seja, o CPF do profissional fica restrito.

Os Microempreendedores Individuais (MEI) que estão devendo na **Receita Federal** e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderão ser excluídos do Simples Nacional caso não regularizem suas pendencias. A medida está em vigor desde o começo de setembro.

? Clique aqui para seguir o canal do g1 Concursos no WhatsApp.

Dados do Simples Nacional, levantados até junho deste ano, apontam que 48,56% dos MEIs estão inadimplentes no Brasil. Entre os estados com mais devedores, se destacam o Amapá (71,90%), Amazonas (69,32%), Pará (64,50%), Roraima (61,82%) e Maranhão (59,82%).

Segundo a Receita, os inadimplentes receberão os termos de exclusão do Simples Nacional, além dos relatórios de pendências. No caso de exclusão, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) continuará ativo.

No entanto, a empresa perderá o benefício de recolher o tributo em valores fixos mensais, entrando nas regras de apuração com base no lucro real ou lucro presumido.

Durante os próximos meses, os empreendedores que deixaram de apresentar a DASN-Simei (Declaração Anual Simplificada do MEI) por um período superior a 90 dias, contados do vencimento do prazo de entrega, poderão ter o CNPJ inapto.

Isso significa que as empresas não poderão emitir notas fiscais ou licenças, além de ter alvarás cancelados. Além disso, as dívidas passam para o nome do microempreendedor, que é o responsável pelo CNPJ. Ou seja, o CPF do profissional fica restrito, dificultando a obtenção de empréstimos ou financiamentos.

Como saber quanto eu devo?

Através do PGMEI (versão completa), com certificado digital ou código de acesso, na opção Consulta Extrato/Pendências > Consulta Pendências no Simei ; Ou pelo App MEI, disponível para celulares Android ou iOS.

Como fazer a regularização do MEI?

Para pagar ou parcelar os débitos em atraso, é possível fazer no portal do Simples Nacional ou pelo App MEI.

Para os débitos que já estão em Dívida Ativa (cobrados pela Procuradoria da Fazenda Nacional), o pagamento deve ser realizado da seguinte forma:

Débito de **INSS** deve ser recolhido em DAS DAU (documento específico para Dívida Ativa da União); Débito de ISS e ICMS diretamente em guia própria do Município ou Estado responsável pelo tributo; A entrega da DASN-Simei pode ser realizada pelo portal do Simples Nacional ou pelo App MEI.

Quais os benefícios de regularizar o MEI?

Preservar a inscrição no Simples Nacional e enquadramento no MEI; Se manter como segurado no **INSS**, garantindo benefícios como auxílio-doença e aposentadoria; Evitar a cobrança judicial dos débitos; Facilidade para financiamento, empréstimos e abertura de conta em nome da empresa; Apuração de débitos

em valores fixos pelo PGMEI.

O que fazer para encerrar a empresa?

Para quem não esta´ mais atuando com a empresa e deseja encerrar as atividades, e´ importante dar baixa no CNPJ. Este procedimento é simples e pode ser feito a qualquer momento, gratuitamente, no Portal do Empreendedor. Para isso, acesse o link.

VEJA TAMBÉM:

MEI: veja o passo a passo para emitir notas fiscais pelo sistema nacional na web e aplicativo

Site:
https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2023/09/20/meis-devedores-podem-ser-excluidos-do-simples-nacional-e-ter-cnpj-inapto-veja-como-regularizar.ghtml

Entenda o impacto da taxa de juros para o consumidor

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou nessa terça-feira (19/09), em Brasília, a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 13,25% ao ano. Em razão do recuo da **inflação** nos últimos meses, a tendência é que o órgão reduza a Selic para 12,75% ao ano, o que seria o segundo corte desde agosto, quando a autoridade monetária interrompeu o ciclo de aperto monetário.

No **comunicado** da última reunião, no início de agosto, o Copom informou que os diretores do BC e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tinham previsto, por unanimidade, cortes de 0,5% nos próximos encontros. De acordo com a edição mais recente do Boletim Fo-cus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica realmente cairá 0,5%, embora algumas instituições estimem corte de até 0,75%. Nesse cenário, até dezembro, a projeção do mercado financeiro é que a Selic encerre o ano em 11,75% ao ano.

A presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Empreendedorismo (IDESE), Desirée Mota Economista, explica que a taxa básica de juros influencia diretamente na vida das pessoas. "Quando diminui a taxa, o consumidor tem a chance de comprar mais vezes, dividindo em mais parcelas sem juros, e isso fica mais suave para o bolso do consumidor as parcelas, logo, tem interferência nas linhas de crédito. Por outro lado, quando aumenta a taxa, o cartão fica mais caro para pagamento, empréstimo, financiamento fica mais difícil de ser cumprido, com parcelas mais altas, e tudo isso tem impacto na economia".

Ainda segundo ela, o grande problema dessa variação é que as famílias ficam mais endividadas. "Hoje temos uma quantidade grande de pessoas em dívidas. Com a redução da Selic, as pessoas podem ter a oportunidade de negociar suas dívidas. Há uma perspectiva de que em 2024 a renda seja fortalecida e o crediário de forma que venha a ocupar espaço maior. Outro ponto é para quem investe. Com a Selic baixa, os investimentos aumentam, há valorização das empresas, com o mercado de ações com muitas opções, o que muda totalmente a estratégia de investimentos", destacou.

0 que é a Selic?

A Selic, a taxa básica de juros, é utilizada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Trata-se, portanto, do principal instrumento do Banco Central para manter a **inflação** sob controle.

Isso quer dizer que quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo da medida é conter a demanda aquecida. Ocorre que isso causa reflexos nos preços dos produtos e serviços, interferindo diretamente na vida do consumidor brasileiro, sobretudo porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, ou seja, reduzindo o poder de compra das pessoas e movimentando menos a economia do país. Quando ocorre movimento contrário, ou seja, redução da Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, que haja incentivo à produção e ao consumo das pessoas, reduzindo o controle da **inflação** e estimulando a atividade econômica. Segundo o BC, o Copom promove reuniões a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Site: https://oestadoce.com.br/digital/20-09-2023-edicao24663/

Preço de combustíveis é 'ponto de incerteza' para inflação, diz FGV

A **inflação** brasileira ainda pode fechar o ano abaixo do teto da meta. O grande ponto de incerteza segue sendo o preço do combustível e seus efeitos indiretos sobre a economia. Foi o que concluiu o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Apesar da recente subida das cotações do petróleo, o que pode compensar o impacto de eventuais altas dos combustíveis no Brasil é a queda dos preços dos alimentos, segundo o pesquisador.

O IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serve como referência para a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central. No acumulado de 2023, o centro da medida é de 3,25%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar dentro desse intervalo até dezembro.

Braz participou nesta terça-feira (19) da divulgação dos novos dados do IPGF (índice de Preços dos Gastos Familiares), indicador lançado neste ano pelo FGV Ibre. Nesta quarta (20), o Copom (Comitê de Política Monetária) anuncia a taxa básica do juros - instrumento usado para conter a **inflação**.

"Ainda há espaço para a gente ter no IPCA uma **inflação** dentro do intervalo de tolerância da meta. Quer dizer, um número até 4,75%, mesmo se a Petrobras divulgar novos reajustes", afirma Braz. "Do outro lado, a alimentação vem caindo de preço. Os alimentos estão compensando outras fontes de pressão."

Site: https://oestadoce.com.br/digital/20-09-2023-edicao24663/

Sustentabilidade será um dos critérios para definir benefício fiscal

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A medida provisória que o governo prepara para rever o atual modelo do Rota 2030, com incentivos fiscais para empresas do setor automotivo, vai prever um escalonamento para esses benefícios incorporando princípios como segurança e densidade industrial, eficiência energética, reciclagem e até "pegada de carbono" - que é o rastro de emissões de gases de efeito estufa que as atividades humanas vão deixando no planeta.

Na prática, isso vai definir os porcentuais de alíquotas diferenciadas de PIS/Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas participantes do programa. Quanto maiores esses critérios, menor o peso dos **impostos**. As tabelas de tributação ainda não estão fechadas. No Rota 2030, que termina neste ano, os carros com motor 1.0, por exemplo, têm uma tributação menor. Segundo o governo, o novo regime vai incorporar os critérios extras de forma progressiva.

Em contrapartida, as montadoras terão de investir em pesquisa e desenvolvimento entre 2% e 5% de suas receitas operacionais. O secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Uallace Moreira, disse ao Estadão que a contrapartida será maior do que a exigida hoje - de até 2%. A ideia, segundo ele, é chegar em 2026 com uma média de R$ 3 bilhões do Orçamento para o programa.

CRIAÇÃO. O Rota 2030 foi criado no fim do governo Michel **Temer**, em novembro de 2018, estabelecendo normas que, além da redução das emissões de gases de efeito estufa, miravam o aumento da segurança (com a introdução de novas tecnologias) e a elevação da competitividade dos automóveis nacionais. As empresas tiveram de cumprir metas de eficiência energética e de segurança, entre outras.

Para o secretário, o Rota 2030 cumpriu esse papel porque as metas foram até mesmo ultrapassadas.

É o caso dos dispêndios em pesquisa. Para 2021, a meta era de 1% das receitas, e o total chegou a 2,43% - o equivalente a R$ 4,87 bilhões, de acordo com dados do ministério.

Já a captação de recursos para fundos que financiam a inovação no elo de autopeças chegou a R$ 323 milhões.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/